MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO
1985

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO
1985

ÍNDICE

SUBSECRETARIA GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS

AMÉRICAS

AMÉRICA DO SUL

Área prioritária da atuação externa do Brasil, as relações com os países americanos tiveram importantes desdobramentos em 1985. Nesse contexto, a América Latina e, em especial, a América do Sul construíram-se no ponto de atenção principal do esforço diplomático brasileiro.

2. Foi particularmente expressiva a presença de Delegações de alto nível, em razão da Posse Presidencial de 15 de março, ocasião em que compareceram missões chefiadas pelos Presidentes da República da Argentina, Equador, Nicarágua, Paraguai e Uruguai; pelo chefe de Governo do Suriname, pelos Vice-Presidentes dos Estados Unidos da América e do Peru, pelo Primeiro-Ministro da Guiana, pelo Vice-Primeiro-Ministro de Belize, pelos Chanceleres da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, República Dominicana, Honduras, México, Panamá, Trinidad Tobago e pelos Ministros do Interior do Chile, das Relações Interiores da Venezuela, de Suprimentos e Serviços do Canadá e pelo Vice-Chanceler da Guatemala.

3. Por ocasião das exéquias do Presidente Tancredo Neves, em 23 de abril, estiveram presentes os Presidentes da Colômbia, Paraguai, Uruguai e Venezuela, o Vice-Presidente da Argentina, o Primeiro-Ministro do Suriname, o Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores do Peru, o Ministro da Presidência da Nicarágua, os Chanceleres da Bolívia, Chile e México e o Secretário de Comércio dos Estados Unidos da América.

As relações com a Argentina tiveram momento altamente expressivo no encontro do Senhor Presidente da República, com o Presidente Raúl Alfonsín, em 29 e 30 de novembro, para a inaugu-

ração da Ponte Presidente Tancredo Neves, que liga as cidades de Porto Meira (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina). Na ocasião, além das conversações presidenciais, foram assinados documentos bilaterais, entre os quais a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, havendo ainda, o Presidente Alfonsín visitado a hidrelétrica de Itaipu. O encontro marcou a nova dimensão política bilateral decorrente da redemocratização de ambos os países.

Em fevereiro, na condição de Presidente eleito, o Doutor Tancredo Neves visitou Buenos Aires. Em maio, o Chanceler Olavo Setúbal também viajou a trabalho àquela capital. Registrou-se, ademais, a visita ao Brasil, em agosto, do Ministro de Defesa da Argentina, Doutor Roque Carranza, acompanhado do Chefe do Estado-Maior Geral da Força Aérea, Brigadeiro Ernesto Crespo.

A propósito do intercâmbio econômico-comercial entre o Brasil e a Argentina, concentraram-se entendimentos para o seu equilíbrio e expansão, destacando-se o esforço brasileiro para a aquisição de trigo e derivados de petróleo de procedência daquele país.

Quanto ao Uruguai, ressalte-se a visita do Senhor Presidente da Repaública a Montevidéu, entre 12 e 14 de agosto de 1985, com a conclusão de acordos sobre importantes aspectos bilaterais. O Chanceler oriental, Enrique Iglesias, efetuou visita de trabalho ao Brasil em 2 de abril. Nos dias 22 e 23 de junho, em Punta del Este, celebraram uma reunião os Chanceleres do Brasil, da Argentina e do Uruguai. De seu lado, a Comissão da Lagoa Mirim, sessionou em Porto Alegre (23 e 24 de julho) e Montevidéu (11 a 13 de dezembro). Em Brasília, nos dias 2 e 3 de outubro de 1985, celebrou-se a I Reunião da Subcomissão para o Desenvolvimento de Zonas Fronteiriças. Também teve lugar, em Uruguaiana, entre 27 e 29 de novembro, a V Reunião da Subcomissão Sanitária Mista.

No que respeita ao Paraguai, os Presidentes de ambos os países encontraram-se em 9 de outubro de 1985, para inaugurarem a terceira turbina da hidrelétrica de Itaipu. O Chanceler Carlos Saldívar realizou visita de trabalho a Brasília em 15 e 16 de abril de 1985, e esteve novamente nesta capital em 9 de agosto, para assinar Acordo, por troca de notas, concedendo isenção de Taxa de Melhoramento dos Portos às mercadorias destinadas ao Paraguai ou dele procedentes, em trânsito pelo território brasileiro.

Quanto ao Chile, cabe ressaltar a VIII Reunião do Comitê Especial de Coordenação, celebrada nos dias 19 e 20 de dezembro, em Brasília.

No que se refere ao Tratado da Bacia do Prata, celebrou-se em Buenos Aires, em novembro, uma reunião de representantes

especiais dos países signatários, na qual foram examinados aspectos ligados ao funcionamento do sistema de cooperação regional.

Nas relações do Brasil com os países amazônicos cumpre destacar a Delegação chefiada pelo Senhor Ministro de Estado que compareceu às cerimônias de Posse do Presidente da Bolívia, Victor Paz Estenssoro, realizadas em La Paz, a 6 de agosto. Ainda com relação à Bolívia, o Governo brasileiro participou, em novembro, com US$ 15 milhões, na formação de um Fundo de Emergência patrocinado pela ONU e destinado a apoiar o programa boliviano de Estabilização Monetária.

Igualmente digna de menção foi a escala que o Senhor Presidente da República efetuou em Caracas, em setembro, na viagem para a abertura da Assembléia Geral da ONU. Na ocasião, os Presidentes do Brasil e da Venezuela manifestaram o propósito de intensificar o relacionamento bilateral. Nesse contexto, realizou-se em Boa Vista, no período de 2 a 3 de setembro, reunião da Subcomissão Mista Brasileiro-Venezuelana sobre Entorpecentes.

Nas cerimônias de posse do Presidente do Peru, o Brasil se fez representar por delegação chefiada pelo Senhor Presidente da Câmara de Deputados e da qual fez parte o Chanceler Olavo Setúbal.

O Governo brasileiro participou, com expressiva contribuição, do auxílio internacional às vítimas da erupção do vulcão "Nevado del Ruiz", ocorrida em novembro, na Colômbia.

Em novembro, o Primeiro-Ministro do Suriname efetuou visita oficial ao Brasil, ocasião em que examinou diversos aspectos do relacionamento bilateral, especialmente no campo comercial, e acertou a concessão de uma linha de crédito de US$ 20 milhões.

Por ocasião das exéquias do Presidente da República Cooperativista da Guiana, Forbes Burnham, ocorridas em agosto, o Governo brasileiro se fez representar por delegação sob a chefia do Ministro Paulo Lustosa da Costa.

Em dezembro, visitou o Brasil o Comissário da República para o Departamento francês da Guiana, Bernard Courtois, oportunidade em que foram examinadas questões ligadas à imigração, transporte marítimo e controle aduaneiro.

No âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, realizou-se em Brasília, em outubro, Seminário sobre Transporte na Região Amazônica.

Com relação às linhas de fronteira do Brasil, que totalizam 16.500 km, com dez países, foram realizadas reuniões das Comissões Mistas Demarcadoras de Limites com a Argentina, em Uruguaiana; Colômbia, em Bogotá e Belém; Uruguai, em Montevi-

déu; e Venezuela, em Caracas e Belém. Nessas oportunidades detalharam-se as campanhas de restauração e de densificação dos marcos fronteiriços com os respectivos países, de modo a caracterizar os limites definidos nos Tratados Internacionais dos quais somos signatários.

AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Com relação à América Central, o Brasil, juntamente com a Argentina, o Peru e o Uruguai, subscreveu, em 21-22 de julho, uma declaração em Lima colocando-se à disposição do Grupo de Contadora para consultas e apoio. Como conseqüência desse entendimento, foi celebrada em Cartagena, de 23 a 27 de agosto, reunião de consulta entre os Chanceleres do Grupo de Contadora e do novo Grupo de Apoio.

No contexto da aproximação com o Caribe, o Brasil estabeleceu, em março, relações diplomáticas com São Cristóvão e Nevis. Destaca-se, ainda, a passagem pelo Brasil, em julho, do Senhor Salvador Jorge Blanco, Presidente da República Dominicana.

AMÉRICA DO NORTE

No âmbito das relações brasileiro-mexicanas assume relevo o auxílio prestado pelo Brasil às vítimas do terremoto que abalou a capital mexicana em 19 e 20 de setembro, bem como a visita de solidariedade do Presidente Sarney aquele país no mesmo mês, a caminho da Assembléia Geral da ONU.

Nas relações Brasil-Canadá assinala-se a visita aquele país, em junho, de delegação parlamentar brasileira e do Senhor Secretário-Geral do Tribunal Superior Eleitoral.

No que se refere às relações com os Estados Unidos, em 1985, registraram-se inúmeras visitas de personalidades de alto nível de ambos os países. Sobressai do lado brasileiro a visita, entre 31 de janeiro e 3 de fevereiro, na qualidade de Presidente eleito, do Doutor Tancredo Neves. De 12 a 15 de julho, o Ministro de Estado das Relações Exteriores realizou visita de trabalho aos Estados Unidos, quando se avistou com diversas autoridades norte-americanas.

Do lado americano, estiveram no Brasil, entre outros, de 01 a 02 de julho, o Senador Richard Lugar, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos; de 29 a 30 de

agosto, o Governador do Estado da Flórida, Senhor Robert Graham, e de 11 a 12 de setembro, na qualidade de Enviado Especial dos Estados Unidos para a América Central, o Embaixador Harry Shlandeman.

ÁFRICA, ORIENTE PRÓXIMO, ÁSIA E OCENIA

ÁSIA E OCEANIA

Em 1985, fortaleceu-se a ação diplomática brasileira nos países da Ásia e Oceania, com vistas a conferir um sentido universal à nossa polítíca externa. Buscamos reforçar a sintonia já existente com os países em desenvolvimento da Ásia, em especial os de maior similaridade ou expressão para o Brasil, como a China e a Índia, no tocante a princípios e temas políticos de alcance global; criamos com a China um mecanismo de consulta política; ampliamos nosso relacionamento econômico-comercial com os países da Ásia, indicando e, em alguns casos, efetivamente, conseguindo diversificar nosso intercâmbio; ampliamos nossa rede de acordos e protocolos de cooperação científica e tecnológica com a China e a Índia e assinamos com a China um Acordo Cultural que não tem similar entre os países socialistas, o que demonstra o alto nível de nossas relações com aquele país, hoje já nosso 10º parceiro comercial.

2. Dentre os países da Ásia, a República Popular da China destacou-se pela dinâmica do fortalecimento de suas relações com o Brasil. O fato de maior relevância do ano neste contexto, foi a visita do Primeiro-Ministro Zhao Ziyang, juntamente com a Presidente do Banco Central da China e membro do Conselho de Estado, Chen Muhua, e dois Vice-Ministros.

3. Durante a visita, realizada de 30 de outubro a 5 de novembro, foram assinados um Protocolo de Entendimentos, através do qual os dois governos a) — se comprometem a intensificar ainda mais as relações nos campos político, econômico, comercial, científico e tecnológico, consular e cultural e b) — estabelecem como metas setoriais de intercâmbio comercial nos dois sentidos, para os

próximos anos, especialmente no tocante às importações brasileiras de petróleo e outras matérias-primas e exportações de minério de ferro, produtos siderúrgicos, e manufaturados.

4. Foram assinados ainda um Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, um Memorandum de Entendimentos pelo qual se cria um mecanismo de consulta política e dois protocolos de cooperações, em matéria de geociências e siderurgia.

5. Demonstrativo do interesse chinês pela cooperação com o Brasil é o fato de que, em 1985, mais de 30 missões comerciais da RPC nos visitaram para consultar operações comerciais.

6. No campo da ciência e da tecnologia, teve implementação o ajuste complementar em matéria de cooperação espacial — Registrou-se a vinda ao Brasil de mais de 20 missões diretamente conectadas à ciência e à tecnologia.

7. Registraram-se ainda a criação do Consulado Geral da RPC em São Paulo, prevendo-se para breve a instalação do Consulado brasileiro em Xangai bem como a chegada ao Brasil do primeiro Adido das Forças Armadas chinesas; em futuro próximo será designado o adido das Forças Armadas brasileiras junto à Embaixada em Pequim.

8. Com a Índia, nossas relações progrediram, impulsionadas pela visita a Nova Delhi, em julho de 1985, do Ministro Olavo Setúbal, que se entrevistou com o Primeiro-Ministro Rajiv Gandhi e titulares dos Ministérios locais mais diretamente envolvidos com o Brasil. Nossa presença naquele mercado fortaleceu-se com a participação em projetos indianos de desenvolvimento da infra-estrutura ao país. Ocorreu em 1985, a maior operação comercial já realizada entre os dois países — a venda pelo Brasil de tubos para gasoduto no valor de US$ 65 milhões.

9. Com o Paquistão e Bangladesh continuamos a promover um relacionamento correto; no caso do primeiro país nos esforçamos em minorar o déficit paquistanês na nossa balança comercial bilateral, através da compra de arroz; no segundo caso, começamos a promover a abertura do mercado bengali, apoiando empresas brasileiras que, pela primeira vez, em 1985 concretizaram operações comerciais significativas.

1. Em abril o Ministro das Relações Exteriores enviou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia mensagem de felicitações pela passagem do 30º aniversário da Conferência Afro-Asiática de Bandung. Neste mesmo mês o Chanceler indonésio foi oficialmente convidado a visitar o Brasil.

2. Em julho, visitou o Japão o Presidente da Companhia Vale

do Rio Doce, Senhor Eliezer Batista, ocasião em que fez entrega ao Primeiro Ministro Yasuhiro Nakasone de carta do Senhor Presidente da República. Foi renovado ao Primeiro Ministro japonês, na referida oportunidade, convite para visitar oficialmente o Brasil.

3. Em agosto, visitou o Japão o Ministro do Trabalho, Senhor Almir Pazzianoto, para contatos com seu homólogo japonês e para estudo da legislação trabalhista japonesa.

4. Em fins de setembro e início de outubro, esteve no Brasil em visita oficial o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Senhor Shintaro Abe. Por ocasião desta visita foi instalada a primeira reunião da Comissão Mista de Ciência e Tecnologia Brasil-Japão, no palácio Itamaraty, em Brasília.

5. Em setembro, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores foi convidado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Coréia, Senhor Wonkyung Lee, para visitar oficialmente a Coréia, em fins de outubro, ocasião em que deveria comparecer à Reunião de Ministro do Comércio em Seul. O convite foi aceito e, posteriormente, adiada a visita, por ter sido igualmente adiada a mencionada Reunião de Ministros do Comércio.

6. Em 1º de outubro, apresentou suas credenciais ao Senhor Presidente da República, o Embaixador da Malásia no Brasil, Senhor Dato Ajit Singh.

7. Ainda em outubro, estiveram em Seul para a XI Reunião Anual Conjunta das Assembléias dos Governadores do FMI e do BIRD, o Ministro da Fazenda, Senhor Dilson Funaro, e o Presidente do Banco Central, Senhor Fernão Bracher.

8. Para assistir à cerimônia de inauguração da primeira unidade do projeto nipo-brasileiro da ALBRÁS, em Belém, esteve no Brasil em outubro, convidado oficialmente pelo Governo brasileiro, o Senador Michiyuki Isurugui, ocasião em que foi portador de mensagem do Primeiro-Ministro japonês para o Senhor Presidente da República.

9. Em novembro, uma delegação de Procuradores do Ministério da Justiça da República da Coréia esteve no Brasil para estudar o sistema judiciário brasileiro.

10. Também em novembro, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), composta pela Malásia, Tailândia, Cingapura Indonésia, Filipinas e Brunei, aprovou o estabelecimento de um vínculo informal com o Brasil, limitado ao campo econômico.

11. Em 3 de dezembro, apresentou suas credenciais ao Senhor Presidente da República o Embaixador da Tailândia no Brasil, Senhor Pradeep Sochiratna.

12. Em dezembro, visitou o Japão e a República da Coréia,

acompanhado de delegação parlamentar, o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Senhor Ulysses Guimarães.

ÁFRICA

Na África Austral, em 1985, o Brasil acompanhou com interesse a evolução dos principais acontecimentos, expressando sua preocupação com a deterioração da situação interna na África do Sul e sua condenação às ações agressivas do regime do **apartheid** com relação aos países vizinhos.

2. Ao longo do ano, o Ministro das Relações Exteriores manifestou, em telegrama de solidariedade aos chanceleres dos países atingidos, a clara condenação do Governo brasileiro à incursão de tropas sul-africanas ao território angolano de Cabinda (junho), à capital de Botsuana (junho), ao sul do território angolano (setembro e dezembro) e ao território do Lesoto (dezembro).

3. Ciente da necessidade de uma solução pacífica para a questão da independência da Namíbia, o Governo brasileiro divulgou, ainda em junho último, comunicado em que condenou a instalação do "Governo provisório" pelas autoridades sul-africanas naquele território, em franco desrespeito às resoluções pertinentes das Nações Unidas. Em 26 de agosto (Dia da Namíbia), o Governo brasileiro reafirmou, através de mensagem do Presidente da República ao Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, sua posição favorável à independência imediata do território ilegalmente ocupado pela África do Sul.

4. A escalada de violência interna na África do Sul e a repressão policial aos movimentos da população sul-africana que luta pelo fim do **apartheid**, que culminaram, em junho último, com a decretação de medidas de emergência em diversas áreas do País, levaram o Governo brasileiro a emitir comunicado de condenação àquele ato do Governo de Pretória.

5. Outra medida do Governo brasileiro, em atendimento a recomendações das Nações Unidas e acompanhando a tendência internacional de restrições ao relacionamento com a África do Sul, foi a publicação do Decreto presidencial nº 91.524, de 9.08.85, que proíbe: a) quaisquer atividades de intercâmbio cultural, artístico e desportivo com a África do Sul; b) a exportação de petróleo e combustíveis derivados para aquele país ou para o território da Namíbia ilegalmente ocupado; c) o fornecimento e o trânsito em território nacional de armas e material correlato destinados à África do Sul. O decreto brasileiro teve ampla repercussão favorável

ncs diversos focos internacionais e sobretudo no continente africano.

6. O apoio brasileiro aos diversos países da África Austral concretizou-se também através da participação da delegação brasileira, a convite dos Estados-membros, da reunião anual da SADCC (Conferência de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral), que se realizou na Suazilândia em janeiro de 1985. A Conferência tem por objetivo a integração regional e a diminuição da dependência econômica com relação à República da África do Sul.

7. Desenvolveram-se, sobretudo na esfera de cooperação técnica, as relações com os países africanos de língua portuguesa, institucionalizadas através de Comissões Mista bilaterais. Em junho de 1985, realizou-se em Brasília a IV reunião da Comissão Mista com a Guiné-Bissau, tendo sido a delegação guinoense chefiada pelo Ministro da Educação e Cultura, Fidélis Cabral d'Almada, e a parte brasileira pelo Ministro Olavo Setúbal.

8. Delegações de alto nível procedente dos países lusófonos africanos estiveram presentes à posse presidencial em março de 1985, ocasião em que mantiveram frutíferos contatos paralelos.

Um dos vetores da política externa brasileira é a intensificação e diversificação dos contatos com países africanos. Novos padrões de comportamento, que deram maiores abrangência e consistência ao diálogo afro-brasileiro, foram adotados nos últimos nove meses. Assim, contatos governamentais e não-governamentais aprofundaram o conhecimento de realidades africanas por brasileiros e da realidade brasileira por africanos, trazendo benefícios para ambos os lados.

No decorrer de 1985, além das delegações ministeriais que compareceram à posse do Senhor Presidente da República, tais como as do Zaire, Gana, Togo, Guiné, Costa do Marfim e Libéria, vieram ao Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Libéria, o dos Recursos Florestais do Gabão, os do Desenvolvimento Rural e das Empresas Estatais do Togo, bem como os Ministros congoleses do Planejamento e das Obras Públicas.

Missões brasileiras, por sua vez, por duas vezes, levaram o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas à Nigéria. Ademais, nosso país se fez representar nas comemorações do Vigésimo Aniversário da Revolução zairense por um Enviado Especial.

Realizou-se, igualmente, a II Sessão da Comissão Mista Brasil-Nigéria, que formalizou novas modalidades de cooperação que redundaram em benefício para os dois países. Ainda no terreno das

Comissões Mistas, foi assinado acordo que instituiu com Gana esse forum privilegiado de discussões bilaterais.

Visitas operativas de forças-tarefa da nossa Marinha à Costa do Marfim, Gabão e Nigéria, simbolizaram a continuidade das profícuas relações de amizade existentes entre o Brasil e as nações visitadas.

Por último, cabe citar como contribuição significativa para a dinamização das relações com a África, em geral, e com o Senegal e o Zaire, em particular, os convites feitos aos Presidentes Abdou Diouf e Mobutu para que visitem o Brasil em 1986.

Esse relacionamento afro-brasileiro não se limitou ao domínio diplomático, mas teve repercussão profunda no intercâmbio comercial. Com efeito, em termos de valores, as trocas com a África subsaárica cresceram mais de 50% em relação ao ano anterior, cabendo destacar, em especial, a Nigéria que passou para 2º parceiro comercial do Brasil, logo após os Estados Unidos, nos primeiros seis meses de 1985.

ORIENTE PRÓXIMO

Em 1985, o Brasil celebrou com a República Árabe do Egito um Acordo para a criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação, concluído em Brasília, a 7 de março. Por esse instrumento se institui a realização de reuniões bienais para o acompanhamento, supervisão e elaboração de projetos comerciais e de cooperação. Em tramitação no Congresso Nacional.

Esse foi, no ano em apreço, o único Acordo celebrado entre o Brasil e país da área da DOP-II. Entretanto, o ano registrou diversas visitas de autoridades governamentais.

Assim é que, em março visitou o Brasil o Ministro da Agricultura e da Pesca da Argélia, Qasdi Merbah, enviado especial à posse presidencial. Em agosto do mesmo ano, esteve no Brasil, para entregar uma mensagem presidencial, o Ministro do Ensino Superior da Argélia, Abdelhah Rafik Berehi.

Do Marrocos visitou-nos o Ministro dos Transportes, Mansouri Benhli, no mês de março, e, em maio, em missão especial para entrega de uma mensagem presidencial, o Ministro dos Assuntos Culturais, Mohammed Benaissa.

Do Egito, chefiando delegação à posse presidencial, visitou o Brasil o Assessor do Presidente Mubarak, o Senhor Mondouh Mohamed Salem, ex-Primeiro Ministro. Meses após, em setembro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Boutros Boutros Ghali, realizou visita oficial ao Brasil.

Finalmente, no ano de referência, uma única autoridade líbia esteve em nosso país, o Secretário do Bureau Popular de Ligação Externa da Jamahirya, Ali Treiki, que aqui veio em março para a posse presidencial.

Arábia Saudita

— Missão especial à posse presidencial, em março, chefiada pelo Senhor Ali Hassan Al-Shair, Ministro das Informações.

— Conferência Islâmica para a América do Sul, em Brasília, patrocinada pela Liga Islâmica Mundial, em setembro.

Catar

— Missão especial à posse presidencial, em março, chefiada pelo Senhor Hamad Aziz Al-Kawari, representante do Estado de Catar junto às Nações Unidas.

Emirados Árabes Unidos

— Missão especial à posse presidencial, em março, chefiada pelo Senhor Ahmed Salem Al-Moukarb, Embaixador dos E.A.U. em Washington.

Iêmen (República Democrática Popular do)

— Missão especial à posse presidencial, em março, chefiada pelo Senhor Abdallah Saleh Al-Ashtal, Embaixador da R.D.P. do Iêmen junto às Nações Unidas.

Irã

— Visita do Secretário-Geral do Ministério da Agricultura, Senhor Leônidas Maia Albuquerque, em janeiro. Na ocasião, foi assinado documento que prevê programas de cooperação na área da agricultura.

— Missão especial à posse presidencial, em março, chefiada pelo Senhor Mohammad Djavad Larijani, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros.

— Visita de missão especial chefiada pelo Senhor Mohammad Djavad Larijani, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, em julho.

Iraque

— Missão especial à posse presidencial, em março, chefiada pelo Senhor Hassan Ali, Ministro do Comércio.

— Quinta Sessão da Comissão Mista Brasil-Iraque, em Bagdá, em novembro. A delegação brasileira foi presidida pelo Ministro da Indústria e do Comércio, Senhor Roberto Gusmão.

— Visita do Ministro da Irrigação, Senhor Abdul Wahab Mahmoud, em dezembro.

Israel

— Missão especial à posse presidencial, em março, chefiada pelo Senhor Mordechai Gur, Ministro da Saúde.

— Visitas dos Governadores dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, Senhores Roberto Magalhães e Wilson Braga, em julho.

— Visita do Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, Senhor Flávio Peixoto, em novembro.

Líbano

— Missão especial à posse presidencial, em março, chefiada pelo Senhor Amine El Hafez, ex-Presidente do Conselho de Ministros.

Omã

— Missão especial à posse presidencial, em março, chefiada pelo Senhor Ali Salim Bader Al Hinai, Embaixador do Sultanato de Omã em Washington.

Síria

— Missão especial à posse presidencial, em março, chefiada pelo Senhor Wahib Fadel, Ministro de Estado para os Assuntos da Presidência.

Liga dos Estados Árabes

— Missão especial à posse presidencial, em março, chefiada pelo Senhor Adnane Omrane, Secretário Geral Adjunto da LEA.

EUROPA

EUROPA OCIDENTAL

As relações entre o Brasil e a Europa Ocidental caracterizam-se por contínua e permanente tradição de laços históricos e de amizade, conjugados à vontade política de conduzir a cooperação bilateral e multilateral a patamares cada vez mais elevados.

O Presidente eleito, Tancredo Neves, visitou Portugal, Itália e Santa Sé em janeiro de 1985, tendo sido recebido pelas mais altas autoridades e sido alvo das mais expressivas homenagens.

Brasil e Bélgica assinaram, em março, o Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial.

Em maio, foi assinado em Viena Acordo Brasil-Áustria sobre Cooperação Econômica e Industrial, que cria uma Comissão Mista.

O Ministro das Relações Exteriores visitou oficialmente a Suécia em junho de 1985.

O Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros do Reino Unido, Sir Geoffrey Howe, visitou o Brasil em julho de 1985.

Em outubro, o Presidente da França realizou visita oficial ao Brasil, acompanhado pelos Ministros das Relações Exteriores, da Cultura, e dos Assuntos Sociais e da Solidariedade Nacional, oportunidade em que foi lançado o "Projeto França-Brasil".

A XIII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira realizou-se em outubro, em Bonn e Colônia, com o objetivo de discutir os problemas que afetam as Relações Econômicas Bilaterais.

Realizou-se, em novembro, a VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Noruega para Cooperação Econômica, Industrial e Técnica.

Nas relações com a Turquia, destaca-se a visita ao Brasil do Ministro de Estado e Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Ismet Kaya Erdem, realizada em novembro.

Em dezembro, esteve em visita oficial ao Brasil o Ministro das Finanças dos Países-Baixos, Senhor Hermann Onno Ruding, que acumula a função de Presidente do Comitê Interino do FMI.

EUROPA ORIENTAL

Em 1985, desenvolveram-se em clima de crescente cordialidade as relações com a Europa Oriental, abrangendo, sobretudo, as áreas política, econômica e comercial.

A nível político, cabe destacar a primeira visita de um Ministro das Relações Exteriores brasileiro à URSS, consubstanciada pela viagem do Ministro Olavo Setúbal a Moscou, em dezembro.

Merecem ainda registro, pela importância que tiveram no relacionamento econômico-comercial, as visitas ao Brasil do Ministro

da Indústria Eletro Eletrônica da RDA, em junho; do Ministro do Comércio Exterior da Tchecoslováquia, em julho; do Ministro das Minas e Energia da Tchecoslováquia, em outubro; do Vice-Ministro da Siderurgia da URSS, em maio; do Vice-Ministro do Comércio Exterior da Romênia, em agosto e do Diretor-Geral do Ministério do Comércio Exterior da RDA, em novembro.

No tocante às Comissões Mistas, tiveram lugar reuniões com a Tchecoslováquia e Iugoslávia.

Quanto à promoção comercial, o Brasil participou das Feiras Internacionais de SALIMA (Salão de Alimentação), em Brno, Tchecoslováquia; Plovdiv (Bens de Consumo), Bulgária; Leipzig (Bem de Consumo), RDA; Budapeste (Bens de Consumo), Hungria, e organizou a realização de uma Mostra Industrial em Moscou para produtos com elevado valor de tecnologia.

No campo da cooperação científico-tecnológica, foi constituída uma Comissão Interministerial, com a finalidade de agilizar a execução dos programas já definidos com a URSS e Romênia. Foi assinado Acordo básico com a Tchecoslováquia, cuja aprovação aguarda-se para o corrente ano, juntamente com o que havia sido firmado com a RDA.

Com a URSS, foram concluídos dois importantes instrumentos: Acordo de Cooperação Econômica e Técnica e um Memorandum de Entendimentos relativo a consultas sobre assuntos de interesse comum.

No campo cultural, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de reexaminar as normas que regulamentam a Cooperação Cultural do Brasil com os países do Leste Europeu.

No âmbito do Clube de Paris, prosseguiram as negociações com a Polônia, com vistas a regularizar sua dívida para com o Brasil. Nesse sentido, concluído um acordo multilateral relativo ao período de 1982 a 1984, foram iniciadas as negociações bilaterais para definitivo equacionamento da matéria.

ORGANISMOS REGIONAIS AMERICANOS

I - Organização dos Estados Americanos – OEA

a) XIV Assembléia Geral Extraordinária

O XIV Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, celebrado em Cartagena de Índias, Colômbia, de 2 a 4 de dezembro de 1985, realizou-se num ambiente de crise do Sistema Interamericano, decorrente, sobretudo, da incapacidade de atuação demonstrada por ocasião de conflitos regionais como o episódio das Ilhas Malvinas, a invasão de Granada e o conflito centro-americano.

A AGE introduziu na Carta da OEA várias modificações de substância, tais como: reforço dos princípios de democracia representativa e pluralismo ideológico; incorporação do conceito de desenvolvimento integral; concessão de poderes ao Secretário-Geral para participar, com voz, de todas as reuniões da Organização e chamar a atenção da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente para qualquer assunto que, a seu juízo, possa vir a afetar a paz e a segurança do Continente e o desenvolvimento dos Estados-Membros; atribuição ao Conselho Permanente da faculdade de efetuar a "investigação de fatos" relacionados com qualquer controvérsia entre Estados-Membros, bem como da competência de estabelecer comissões "ad hoc" para a solução pacífica de controvérsias; transferência do artigo 8º da Carta, que impede o ingresso de Guiana e Belize na OEA, para o capítulo das "disposições transitórias", com validade limitada a 10/12/90.

b) XV Assembléia Geral Ordinária

O XV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização realizou-se igualmente em Cartagena de Índias, de 5 a 9 de dezembro. Além de aprovar um projeto de Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar a Tortura, aberto à assinatura de todos os Estados-Membros, produziu Resoluções sobre os 53 itens da Agenda, destacando-se as referentes ao diferendo das Ilhas Malvinas, à comunicação do Grupo de Contadora sobre gestões de paz na América Central, à limitação de armamentos convencionais com vista a liberar recursos para o desenvolvimento econômico, à convocação — para 1989 — da IV Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado, e à fixação da cidade do Rio de Janeiro como sede da Conferência Especializada Interamericana sobre Narcotráfico, de 22 a 27 de abril de 1986.

c) XX Reunião do CIES

A XX Reunião Ordinária Anual do Conselho Interamericano Econômico e Social — CIES, a nível ministerial, realizou-se em Washington, EUA, de 23 a 27 de setembro de 1985. Aprovaram-se resoluções sobre políticas de investimento na América Latina e Caribe, relações comerciais da América Latina e Caribe com os Estados Unidos da América, fortalecimento das atividades técnicas da OEA relacionadas com a administração financeira dos Estados, medidas coercitivas de caráter econômico, arbitragem comercial, pedágios do Canal do Panamá, e fortalecimento da pequena e média empresa na América Latina e Caribe.

d) XVI Reunião do CIECC

A XVI Reunião Ordinária do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura — CIECC, a nível ministerial, realizou-se em Washington, Estados Unidos da América, de 18 a 20 de setembro de 1985. Foram aprovadas resoluções sobre orientações programáticas, aperfeiçoamento de agentes educacionais e da qualizou-se em Washington, Estados Unidos da América, de 18 a 20 de para a aprendizagem, rede de bibliotecas universitárias e nacionais latino-americanas, reunião dos órgãos nacionais de enlace, avaliação da década da mulher (1976/1985), simplificação do funcionamento das reuniões ordinárias, popularização da ciência e da tecnologia, e cursos sobre administração da investigação. O educador brasileiro Anísio Teixeira dividiu com o uruguaio Roberto Abadie

Soriano o Prêmio Interamericano de Educação "Andrés Bello" relativo a 1985. O musicólogo Curt Lange, cujo nome foi proposto pelo Brasil e Uruguai, dividiu com o norte-americano Robert Stevenson o Prêmio Interamericano de Cultura "Gabriela Mistral" relativo a 1985.

e) Organização Pan-Americana da Saúde — OPAS

De 23 a 28 de setembro de 1985, celebrou-se em Washington, D.C., EUA, a Trigésima primeira Reunião do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde — OPAS. Entre os temas tratado, cabe salientar os seguintes: orçamento da Organização para o biênio 1986/87; mulheres, saúde e desenvolvimento; saúde de adultos; expansão do programa de imunização nas Américas; programa internacional de segurança química; programas de planejamento familiar, maternal e de saúde infantil; coordenação de preparação para emergências e socorro em caso de desastres naturais; controle e erradicação do **Aedes Aegypti**; e avaliação das estratégias de saúde para todos no ano 2.000.

f) Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura — IICA

A III Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, do IICA, realizou-se em Montevidéu, Uruguai, de 21 a 26 de outubro de 1985, e deliberou sobre os temas seguintes: simplificação do sistema de atas, alterações do regulamento da Direção Geral, estudos e normas relativas a pessoal, proposta de regulamento financeiro, custos administrativos e técnicos indiretos, alterações ao Plano de Médio Prazo 1988/92, e orçamento programa para o biênio 1986/87. Durante a reunião, o Doutor Martin Enrique Piñeiro, de nacionalidade argentina, foi eleito Diretor Geral do IICA para o quadriênio 1986/90.

g) IX Congresso Indigenista Interamericano

O IX Congresso Indigenista Interamericano, celebrado em Santa Fé, Novo México, EUA, de 28 de outubro a 1º de novembro de 1985, versou sobre os seguintes temas: políticas culturais e população indígena, desenvolvimento e população indígena, direitos humanos e o mundo indígena, e movimentos e organizações indígenas. Infelizmente os trabalhos não se pautaram por uma organização estrita, observando-se mesmo desrespeito às normas de

procedimento e certa marginalização das delegações governamentais. A Delegação brasileira deixou constância em ata de que o Governo brasileiro se dissocia de resoluções adotadas com infração aos dispositivos regulamentares.

h) VIII Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho

A VIII Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho realizou-se em São José da Costa Rica, de 7 a 11 de outubro de 1985. Durante o encontro, foram discutidos os seguintes temas, sobre os quais adotaram-se as resoluções pertinentes: criação de empregos, migrações trabalhistas, estatísticas do trabalho, formação profissional, segurança e higiene ocupacional, cooperativas, segurança social, participação dos Ministérios do Trabalho no Sistema Interamericano, cooperação técnica horizontal, participação de trabalhadores e empregadores, e educação trabalhista. Concomitantemente, foi efetuada Mesa Redonda sobre a "Dívida Externa e seus Efeitos Sociais".

i) Direitos Humanos

Implementando, no plano do direito internacional, os princípios democráticos da Nova República, o Brasil aderiu, em 28 de novembro, à Convenção Americana sobre Direitos Humanos — Pacto de São José, celebrada em São José da Costa Rica, a 22 de novembro de 1969, por ocasião da Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos. A adesão do Brasil constitui compromisso ou garantia adicional, nas esferas nacional e internacional, de efetiva proteção contra a violação dos direitos humanos, contribuindo, igualmente, para a proteção da conquista interna da democracia na órbita internacional e para a cristalização definitiva, no plano internacional, da imagem do Brasil como respeitador e garantidor dos direitos humanos.

II - Sistema Econômico Latino-Americano — SELA

a) XI Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano — CLA

Celebrou-se em Caracas, de 27 de novembro a 8 de dezembro de 1985, a XI Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano — CLA, do Sistema Econômico Latino-americano — SELA. As principais Resoluções aprovadas versam sobre relações econômicas

da América Latina e Caribe com os EUA, com a CEE e com o Japão; atividades em matéria de serviços; industrialização da América Latina; cooperação técnica entre países em desenvolvimento; programa bienal de cooperação regional; cooperação nos campos da informática e eletrônica; coordenação da América Latina ante a nova Rodada de Negociações Comerciais Multilaterais; segurança econômica regional; e avaliação da situação econômica da América Latina no contexto da economia mundial.

Foi, ainda, emitida uma "Declaração de Caracas" sobre fortalecimento do SELA; análise das dificuldades enfrentadas pelos países em desenvolvimento da região em virtude da dívida externa; condenação das políticas adotadas, até o momento, pelos países desenvolvidos no trato dessa matéria; preocupação pelas características e modalidades da proposta rodada de negociações comerciais multilaterais no GATT; aumento do comércio intra-regional; rechaço a medidas econômicas coercitivas; apoio à ação do Grupo de Contadora na gestão de paz relativa ao conflito na América Central; e critérios básicos da ação regional com vista a recuperar a dinâmica do desenvolvimento, restaurar os níveis de comércio intra-regional alcançados entre 1979 e 1981, e reverter a descapitalização da América Latina. O último parágrafo contém condenação formal à política de *apartheid* na África do Sul.

b) Comitês de Ação

Durante o ano, realizaram-se as reuniões ordinárias e prosseguiram os trabalhos dos dois Comitês de Ação em funcionamento: o de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Central — CADESCA, com sede no Panamá, e sobre Segurança Alimentar Regional — CASAR, com sede em Buenos Aires.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

A participação do Brasil nas atividades das Nações Unidas alcançou, em 1985, especial relevo e significado. Contribuíram para este resultado a reafirmação das instituições democráticas no Brasil e a celebração do XL aniversário das Nações Unidas.

A visita realizada pelo Presidente da República às Nações Unidas e o discurso que ali pronunciou por ocasião da abertura do debate geral da XL Sessão da Assembléia Geral foram os momentos de maior destaque da presença brasileira na ONU.

O discurso do Presidente da República e o programa de contatos que promoveu durante sua estada em Nova York provocaram uma ampla e favorável reação internacional. Os resultados mais marcantes que podem ser detectados são:

1) A afirmação, na cena internacional, de um novo conceito democrático do Brasil, livre de qualquer inibição que o pudesse constranger, mas também isento de exageros, capaz de expressar suas posições com equilíbrio e sobriedade. Manifestações significativas desta nova situação foram a assinatura da Convenção contra a Tortura e o envio ao Congresso dos Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos com vistas à adesão do Brasil a estes instrumentos das Nações Unidas.

2) A grande ressonância que teve a ênfase atribuída no discurso presidencial ao problema do endividamento externo dos países em desenvolvimento, particularmente latino-americanos, à necessidade de renovados esforços para que a crise da dívida externa passe a ser encarada através da utilização de canais de entendimentos políticos e não meramente técnicos, e a afirmação do princípio de que o desenvolvimento econômico e social não pode ser sacrificado.

3) A acolhida igualmente auspiciosa que tiveram os outros

temas versados no discurso, entre os quais se destaca a problemática da África Austral e do **apartheid**; a crise da América Central; e o tópico do desarmamento, especialmente sensível pela nova dimensão que lhe confere a extensão da corrida armamentista ao espaço.

Se 1985 foi, para as Nações Unidas, um ano de comemoração, constituiu também um período de culminação da crise das instituições multilaterais que já se vinha processando há alguns anos, como conseqüência do acirramento das tensões entre as superpotências e da inconformidade dos países desenvolvidos ocidentais, em particular dos Estados Unidos, em aceitar os resultados políticos muitas vezes desfavoráveis que os mecanismos de decisão dos foros multilaterais produzem em relação a tais países.

Assim, 1985 foi o ano da crise da UNESCO e da retirada dos Estados Unidos e do Reino Unido daquele organismo. A própria celebração do XL aniversário das Nações Unidas, não obstante o brilho que lhe emprestou a presença de grande número de Chefes de Estado e de Governo, foi prejudicada pelas dissensões entre países, que tornaram impossível a aprovação por consenso de uma declaração alusiva à data.

A XL sessão da Assembléia Geral foi marcada por séria contestação, pelos Estados Unidos e por outros países ocidentais, dos processos e mecanismos decisórios das Nações Unidas, e por ameaças de suspensão parcial dos pagamentos caso algumas medidas não sejam tomadas. A decisão de criar um grupo de trabalho de alto nível encarregado de estudar a eficiência administrativa e financeira das Nações Unidas constitui uma resposta parcial ao descontentamento e às preocupações dos países ocidentais.

O Brasil, que tem interesse na defesa e fortalecimento do sistema multilateral de relações internacionais e, em particular, dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, participou intensamente das negociações e consultas realizadas durante a XL sessão da Assembléia Geral, com vistas a encontrar soluções que satisfaçam certas preocupações dos países ocidentais sem afetar o princípio de igualdade jurídica nem prejudicar as bases essenciais de funcionamento dos foros multilaterais.

Apesar da crise que atravessa, pode afirmar-se que as Nações Unidas e o sistema de organismos internacionais que a ela se associa constituem hoje um mecanismo insubstituível para a cooperação internacional e para a busca de soluções justas e duradouras para os problemas que afetam a comunidade internacional. O Brasil continuará assim a prestar apoio e a participar com empenho das atividades de tais organismos.

Os acontecimentos na África Austral, onde a expectativa de uma evolução favorável foi substituída, em 1985, por intenso acirramento da repressão interna na África do Sul e pelas agressões praticadas por aquele país contra seus vizinhos, repercutiram intensamente nos foros multilaterais, em especial nas Nações Unidas, onde a violação repetida dos dispositivos da Carta e das resoluções do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral pelo Governo sul-africano provocaram intensa indignação.

O Brasil, coerente com sua posição de condenação ao **apartheid** e à presença ilegal da África do Sul na Namíbia, fez ouvir sua voz nos diversos foros internacionais onde a questão é debatida. Assim, a delegação brasileira à XLI sessão da Comissão de Direitos Humanos pronunciou discurso manifestando a posição brasileira com relação às práticas desumanas e violatórias dos direitos humanos na África do Sul. Em diversas ocasiões o Governo brasileiro externou também sua posição através de comunicados à imprensa, tendo o Presidente da República assinado, em 9 de agosto de 1985, decreto que formaliza o embargo de venda de armas à África do Sul determinado pelo Conselho de Segurança da ONU e proíbe o intercâmbio cultural e esportivo e as exportações de petróleo e combustível derivados para aquele país. A Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas fez circular o texto de tais manifestações e decisões do Governo brasileiro como documentos oficiais do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral.

Cabe ainda destacar a solidariedade prestada aos Governos de Angola, Botsuana e Lesoto, pelas incursões armadas de que foram vítimas aqueles países por parte da África do Sul. Na ocasião, foram enviadas mensagens aos Ministros das Relações Exteriores, tendo também o Representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas pronunciado discurso no Conselho de Segurança, enfatizando a necessidade de medidas enérgicas para pôr fim às arbitrariedades praticadas pela África do Sul.

O discurso pronunciado pelo Presidente da República por ocasião da abertura do debate geral da XL Assembléia Geral da ONU recordou as raízes históricas, étnicas e culturais do profundo sentimento anti-racista que caracteriza o povo brasileiro e expressou, de forma veemente a esperança do Brasil de que a ONU leve a cabo "uma ofensiva em regra contra todos os resíduos do racismo na Terra". O discurso despertou reações favoráveis entre os países africanos, particularmente os de língua portuguesa. Cabe ainda mencionar, no contexto da visita presidencial à ONU, o encontro do Presidente José Sarney com o Presidente Samora Machel, de Moçambique.

Ainda no âmbito das Nações Unidas, a delegação brasileira à XL Assembléia Geral voltou a intervir nos debates verificados durante o exame dos itens específicos relativos aos assuntos da África Austral, em especial no Plenário (Namíbia), na III Comissão (Violação dos direitos humanos na África Austral) e na IV Comissão (Atividades econômicas estrangeiras que impedem a independência da Namíbia).

O Brasil emprestou seu apoio às numerosas resoluções que, sobre o assunto, foram aprovadas pela Assembléia Geral.

Cabe ainda mencionar a participação brasileira nos seguintes eventos relacionados com a problemática da África Austral promovidos por órgãos das Nações Unidas em 1985;

Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, 21 de março, quando foi lida nas Nações Unidas mensagem do Governo brasileiro;

Reunião Especial do Comitê Especial contra o **Apartheid** (Dia Internacional de Solidariedade com a Luta do Povo na África do Sul), 14 de junho;

Dia da Namíbia, 26 de agosto, quando o Senhor Presidente da República enviou mensagem ao Presidente do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia;

Reunião solene de comemoração da Semana de Solidariedade ao Povo da Namíbia e SWAPO, promovida pelo Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, em 27 de outubro.

Por outro lado, é importante destacar a realização de encontro entre membros da delegação brasileira a XL sessão da Assembléia Geral e o Sr. Oliver Tambo e outros dirigentes do Congresso Nacional Africano, movimento de libertação nacional da África do Sul.

Durante o ano de 1985 foi dada continuidade à cooperação com a Organização do Sudoeste Africano (SWAPO), movimento de libertação da Namíbia, especialmente no campo dos recursos humanos.

Continuaram, em 1985, as tensões na América Central que levaram à inscrição de um item específico na agenda da Assembléia Geral da ONU desde 1983, e que determinaram o debate da situação da região também em várias sessões do Conselho de Segurança nos últimos anos.

2. No decorrer do ano, quatro fatos marcaram um relativo agravamento do componente principal da crise na América Central, que é a hostilidade mútua entre os Estados Unidos da América e a Nicarágua: a) a interrupção das conversações bilaterais entre aqueles dois países em Manzanillo; b) o embargo econômico-

comercial imposto pelos Estados Unidos à Nicarágua, em maio; c) a aprovação, pelo Congresso norte-americano, da proposta do Executivo de auxílio aos "contras" nicaragüenses; e d) a caracterização da Nicarágua como "Estado terrorista" pelo Presidente norte-americano.

3. O mais importante desses desdobramentos, pelas conseqüências negativas que dele poderão advir para a paz da região, foi indubitavelmente o embargo norte-americano, que ensejou, após aceso debate no Conselho de Segurança, a adoção da Resolução 562 (1985), que reitera o direito de todos os países da região a viverem em paz e segurança, sem interferências externas, e exorta à abstenção de ações políticas, econômicas ou militares contra qualquer Estado da América Central que possam impedir os objetivos de paz do Grupo de Contadora.

4. Durante a consideração do problema pelo Conselho de Segurança, a delegação brasileira junto à ONU pronunciou intervenção na qual frisou a incompatibilidade entre o embargo e os propósitos e princípios das Cartas da ONU e da OEA, o obstáculo que representam para uma solução negociada, a indesejabilidade do transplante para a região da confrontação Leste/Oeste, e o apoio aos esforços de paz do Grupo de Contadora.

5. As posições que vêm sendo defendidas pelo Brasil quanto à questão são as seguintes:

I) a situação da crise na região derivada de causas históricas, ligadas à manutenção de estruturas econômico-sociais desequilibradas, e se vincula à crise econômica mundial;

II) não pode, portanto, ser encarada do ângulo da confrontação ideológica;

III) a transferência para o contexto local das tensões Leste/Oeste perturba os esforços para a solução da crise;

IV) a base para os entendimentos está na busca da solução pacífica de controvérsias e no respeito aos princípios da não-intervenção e autodeterminação;

V) deve ser atribuída prioridade aos interesses dos países diretamente afetados, sem interferências externas; e

VI) os esforços de negociação devem caber prioritariamente aos países latino-americanos, especialmente os do Grupo de Contadora.

6. O Brasil passou em 1985 a desempenhar papel de especial relevo nas negociações de paz na América Central, ao constituir, juntamente com a Argentina, Peru e Uruguai, o chamado Grupo de Apoio ao Grupo de Contadora.

7. As ações do Grupo de Apoio dirigem-se essencialmente

a impulsionar a conclusão e assinatura da Ata de Paz e Cooperação na América Central, cuja primeira versão foi finalizada, sob os auspícios do Grupo de Contadora, em setembro de 1984. Desde agosto de 1985, o Brasil tem participado ativamente da elaboração e adoção dos documentos do Grupo de Apoio que consubstanciam seu trabalho com vistas àquele objetivo principal.

a) Afeganistão

O Brasil continua seguindo com interesse as iniciativas do Secretário Geral das Nações Unidas, desenvolvidas em decorrência de mandato a ele conferido pela Assembléia Geral da Organização, no sentido de encontrar uma solução diplomática para a questão afegã. Na XL Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil votou favoravelmente a resolução pedindo uma solução negociada e duradoura do conflito com base na preservação da soberania, integridade territorial, independência política e caráter não-alinhado do Afeganistão; no direito do povo afegão de determinar sua forma de governo e escolher seu sistema econômico, político e social; na retirada imediata, incondicional e total das tropas estrangeiras e na criação das condições necessárias ao retorno dos refugiados. Votou ainda a favor da resolução que condena as violações de direitos humanos praticados no Afeganistão.

b) Campuchéia

Na XL Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil votou a favor de resolução solicitando a retirada das tropas estrangeiras do Campuchéia, a restauração de sua independência e a não-intervenção em seus assuntos internos e o cessar-fogo entre as partes beligerantes. A neutralidade brasileira em relação às facções rivais continuou a ser manifestada por sua posição de abstenção em questões de credenciamento de representantes do antigo Camboja nas Nações Unidas.

c) Chipre

O Brasil continua seguindo com interesse o desenrolar das conversações intercomunais assistidas com os bons ofícios do Secretário-Geral das Nações Unidas.

d) Saara Ocidental

O Brasil votou, durante a XL Assembléia Geral das Nações Unidas, a favor de resolução reafirmando o direito do povo saariano à autodeterminação e independência; instando as partes envolvidas a negociar diretamente um cessar-fogo, com vistas à realização de referendum sob os auspícios da Organização de Unidade Africana e da Organização das Nações Unidas e solicitando ao Secretário-Geral das Nações Unidas acompanhar a situação no Saara Ocidental com vistas ao cumprimento da resolução.

O tratamento multilateral das questões do desarmamento refletiu o dinamismo que se verificou nessa área no decorrer de 1985, impulsionado principalmente pelo reatamento, em janeiro, das negociações bilaterais entre as duas superpotências, cujo mandato prevê a discussão concentrada em três itens prioritários: I) armamentos nucleares intermediários; II) armamentos nucleares estratégicos; e III) armamentos espaciais.

2. O Brasil não deixou de pronunciar-se sobre o reinício das negociações EUA/URSS, saudando-o como iniciativa auspiciosa, tendo em vista a nociva situação anterior de confrontação, sublinhando a intenção, formalmente expressa pelas superpotências, de balizarem seus entendimentos pelo objetivo final da destruição das armas nucleares, e ressaltando a importância de que as negociações bilaterais se articulem com os esforços de desarmamento conduzidos no âmbito multilateral, especialmente na Conferência do Desarmamento.

3. O Senhor Presidente da República voltou, no final do ano, a manifestar o apoio do Governo brasileiro ao prosseguimento e fortalecimento do diálogo norte-americano-soviético, em mensagem que dirigiu ao Presidente Reagan e ao Secretário Geral Gorbachev por ocasião do encontro de cúpula que mantiveram em meados de novembro, na qual exprimiu a esperança de que os entendimentos então mantidos levassem a progressos reais em direção ao desarmamento nuclear.

4. O Brasil também fizera chegar no início do ano aos seis Chefes de Estado e Governo responsáveis pela Declaração de Delhi — que preconizava a adoção urgente de um Tratado de Proscrição Completa de Testes com Armas Nucleares e a proscrição de armamentos espaciais — sua solidariedade com essa iniciativa.

5. O ano de 1985 conheceu, além da Declaração de Delhi, outras iniciativas que caracterizaram esforços para superar a anterior subordinação das atividades multilaterais da atmosfera de confrontação vigente entre as duas superpotências. Entre tais iniciativas,

destacam-se a conclusão do Tratado de Rarotonga, que instituiu a segunda zona desnuclearizada em região habitada do globo, desta vez no Pacífico Sul (a primeira situando-se, como sabe, na América Latina, em zona delineada pelo Tratado de Tlatelolco).

6. De maneira geral, observou-se durante o ano, assim, um movimento duplo em direção da reconciliação entre as superpotências, de um lado, e, de outro, da afirmação do direito dos demais países de tomarem iniciativas relevantes na área do desarmamento, principalmente em sua dimensão nuclear. Essas tendências assinalam uma reversão moderada das características confrontacionistas da situação anteriormente vigente no campo da segurança internacional, e devem ser vistas como um desdobramento positivo, embora permaneça ainda vigente aquela confrontação.

7. Na esfera multilateral, o Brasil atuou em consonância com os princípios fundamentais que tem defendido quanto à problemática do desarmamento, a saber, resumidamente:

I) valorização do papel central das Nações Unidas e seus foros específicos de desarmamento, como a Comissão de Desarmamento e a Conferência do Desarmamento;

II) prioridade máxima a medidas concretas de desarmamento nuclear;

III) responsabilidade especial das potências nucleares no processo de desarmamento.

IV) prevalecimento dos interesses da maioria das nações sobre os interesses unilaterais dos blocos militares;

V) inadmissibilidade de restrições à livre exploração de tecnologias para fins pacíficos;

VI) necessidade da estrita observância de compromissos internacionais formalmente assumidos, especialmente os contraídos pelas potências nucleares relativamente à segurança dos países não-nucleares.

8. Na **Comissão do Desarmamento,** cuja sessão anual se realizou em maio, continuamos favorecendo a sistemática preconizada pelas Resoluções 37/78H, 38/183E (patrocinadas, em 1983, pelo Brasil) e 39/148R, que vem possibilitando a concentração dos trabalhos desse órgão deliberativo em sugestões concretas sobre temas específicos constantes de sua agenda, para evitar a duplicação de trabalho e a dispersão de esforços com outros órgãos da ONU, como a Conferência do Desarmamento e a I Comissão da Assembléia Geral. Além disso, nessa sessão, a delegação procurou atuar principalmente no sentido de neutralizar certas iniciativas voltadas para o enfraquecimento do papel político e negociador dos órgãos de desarmamento da ONU, ressaltando a solidariedade básica exis-

tente entre os países que não pertencem a nenhum dos blocos militares, bem como os benefícios de sua atuação conjunta para o fortalecimento daqueles órgãos.

9. Na **Conferência do Desarmamento,** prosseguiu o trabalho de elaboração de uma convenção sobre a proibição de armas químicas, que já se encontra em estágio relativamente adiantado, e que tem sido o item da agenda do órgão negociador onde se registraram os maiores progressos nos últimos anos.

ENTORPECENTES

Durante o ano de 1985, o Itamaraty continuou a participar ativamente nos diversos planos da atuação brasileira no que diz respeito ao combate ao uso indevido e ao tráfico de drogas.

Em primeiro lugar, cumpre mencionar a representação do Itamaraty no Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), órgão central do Sistema Nacional de Prevenção, fiscalização e Repressão de Entorpecentes. A participação ativa da representação do MRE no CONFEN assegurou uma constante articulação com este último e com os diversos órgãos da Administração Federal que o compõem e que igualmente têm competência na matéria.

Nessas condições, o Itamaraty dedicou-se, dentro do seu mandato, a orientar e instruir a participação brasileira nas instâncias internacionais que se ocupam de assuntos relativos ao uso indevido e ao tráfico de drogas.

No que tange às Nações Unidas, enviamos delegação à XXXI Sessão Ordinária da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas (Viena, 11 a 20 de fevereiro), órgão no qual exercemos mandato até o final de 1987. Na ocasião, a delegação participou das deliberações da Comissão relativas à implementação dos diversos tratados internacionais sobre o controle de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e à avaliação da estratégia internacional de controle dessas drogas, bem como co-patrocinou projeto de resolução — adotado por aclamação — pelo qual todos os países foram conclamados a enviar à Divisão de Entorpecentes suas sugestões sobre a iniciativa da elaboração, no âmbito da Comissão de um projeto de convenção contra o tráfico de drogas. O Brasil remeteu, no mês de junho, os seus comentários e sugestões para o texto do referido projeto.

Durante a I Sessão Regular do ECOSOC, em maio de 1985, foram aprovados 5 resoluções e 3 decisões sobre a cooperação internacional no que respeita ao combate ao uso indevido e ao tráfico de drogas, entre as quais a resolução 1985/12, que pede maior

empenho por parte dos Governos no controle da comercialização dos precursores químicos essenciais à elaboração de drogas ilícitas. Ainda no curso da I Sessão Regular do ECOSOC, o Secretário Geral das Nações Unidas convocou, em discurso ao Conselho, uma Conferência Internacional sobre Abuso e Tráfico de Drogas, a realizar-se em 1987. O ECOSOC também aprovou, durante sua II Sessão Regular, em julho de 1985, resolução que convoca a IX Sessão Especial da Comissão de Entorpecentes para fevereiro de 1986, a decisão que estabelece a agenda do encontro, da qual consta a retomada da questão da elaboração de projeto de convenção sobre o tráfico de drogas.

Em novembro, visitou o Brasil o Diretor-Executivo do Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso de Drogas (UNFDAC), Giuseppe di Gennaro, que manteve entrevistas no Itamaraty e no CONFEN, e anunciou existirem boas perspectivas para que o Brasil venha a empreender projetos na área do combate às drogas com auxílio financeiro proporcionado pelo Fundo.

A XL Assembléia Geral das Nações Unidas, por sua vez, aprovou três resoluções sobre a questão, dando seguimento à Campanha Internacional contra o Tráfico de Drogas e instruindo a Comissão de Entorpecentes a sessionar, após a IX Sessão Especial, na qualidade de órgão preparatório para a Conferência Internacional sobre Abuso e Tráfico de Drogas, convocada pelo Secretário Geral.

No que tange à cooperação multilateral regional, o Brasil fez-se representar na VII Conferência das Partes do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos (Santiago do Chile, novembro de 1985), evento do qual ocupou a Vice-Presidência, e onde foram aprovadas diversas resoluções que visam a ampliar o escopo da cooperação regional na matéria, tanto no que diz respeito à prevenção do abuso, quanto no que se refere à repressão do tráfico e à fiscalização do comércio lícito de entorpecentes e precursores químicos. Por iniciativa brasileira, foi aprovada resolução que determina à Secretaria permanente do ASEP a confecção anual de um orçamento-programa.

A XVI Assembléia Geral Extraordinária da OEA, reunida em Cartagena das Índias, no início de dezembro de 1985, acolheu a oferta brasileira de sediar, no Rio de Janeiro, em maio de 1986, a I Conferência Especializada Interamericana sobre Abuso e Tráfico de Drogas, que examinará, entre outras atribuições, o processo de elaboração de uma convenção interamericana sobre o abuso e o tráfico de drogas.

Direitos Humanos

Como manifestação, no plano internacional, de um maior comprometimento com a defesa dos direitos humanos, o Brasil, ingresso em nova fase de sua história, anunciou sua disposição de tornar-se Parte de instrumentos internacionais nesse campo. Em setembro, durante sua permanência em Nova Iorque, onde esteve para a abertura da XL Assembléia Geral das Nações Unidas, o Presidente Sarney assinou a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. No final do ano, o Senhor Presidente encaminhou ao Congresso Nacional, para aprovação e posterior ratificação, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – ambos aprovados pelas Nações Unidas em 1966 – e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José e aprovada no âmbito da Organização dos Estados Americanos.

2. A Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Pactos e as Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos, bem como os procedimentos desenvolvidos pelas Nações Unidas, em especial pela Comissão de Direitos Humanos, para o exame e tratamento das questões relativas à promoção e proteção internacional dos direitos humanos, evidenciam uma competência internacional nesse campo, cuja área, a propósito, se vem expandindo. Cabe, pois, reconhecer a legitimidade das atribuições dos órgãos multilaterais, entendidas, porém, dentro dos limites dos mandatos que lhes foram atribuídos em decorrência de instrumentos de caráter jurídico ou por decisões das instâncias políticas superiores das Nações Unidas.

3. É com base nas posições de princípio acima descritas que o Brasil tem atuado em matéria de direitos humanos nas Nações Unidas, assunto tratado, na Assembléia Geral, no âmbito da III Comissão.

Meio ambiente

No ano de 1985, a agenda de meio ambiente incluiu diversas atividades, nacionais e internacionais, o que confirma a importância crescente que o Brasil vem emprestando à defesa da qualidade do meio ambiente e ao uso adequado dos recursos naturais. No âmbito regional, destaca-se a realização da IV Reunião Regional Intergovernamental sobre Meio Ambiente na América Latina e Caribe (Cancún, México, abril de 1985), quando se concluiu, por ora,

o ciclo de reuniões ambientais regionais destinadas a definir as prioridades latino-americanas na matéria e a estabelecer um programa de ação nos diversos aspectos do meio ambiente regional.

2. Realizada em maio, a XIII Sessão do Conselho de Administração do UNEP aprovou os resultados da reunião regional de Cancún e tomou decisões relevantes para a implementação futura do Programa. Foram reforçados os mecanismos decisórios locais, tais como o Comitê de Representantes Permanentes e o Comitê Intersessional Intergovernamental Preparatório, em vista da instituição, a partir de 1985, do caráter bienal das reuniões do Conselho de Administração. Aprovou-se também decisão pela qual instituiu-se Comitê Organizador ("Steering Committee") incumbido de preparar e viabilizar a realização de seminário ("workshop") sobre as conseqüências dos efeitos dos gases clorofluorcarbonos sobre a camada estratosférica de ozônio. O Brasil, membro do comitê organizador, fez-se representar em ambas as suas reuniões, em setembro (Londres) e dezembro (Bruxelas), durante as quais procedeu-se à organização do Seminário, previsto para maio próximo.

Questões sociais e humanitárias. Mulher.

O ano de 1985 marcou o encerramento da Década das Nações Unidas para a Mulher com a realização, em Nairobi, da Conferência Mundial de Revisão e Avaliação dos Progressos Alcançados ao longo da Década, da qual o Brasil participou. Apesar da politização da reunião, pode-se afirmar que a Conferência encerrou os seus trabalhos com êxito, com a adoção, por consenso, do documento de "Estratégias Futuras para o Progresso da Mulher".

2. O Brasil se associa aos vários esforços das Nações Unidas para promover a causa da mulher e, durante a XL Assembléia Geral das Nações Unidas, se juntou ao consenso que prevaleceu para a adoção de todas as resoluções sobre o tema, destacando-se as seguintes: "Implementação das Estratégias Prospectivas de Nairobi para o Progresso das Mulheres", "A Situação da Mulher em Áreas Rurais", "A Participação da Mulher na Promoção da Paz e da Cooperação Internacional", "Prevenção da Prostituição", "Fundo de Desenvolvimento para a Mulher", "Incorporação dos Interesses da Mulher no Programa de Trabalho das Comissões Regionais" e "O Papel da Mulher na Sociedade".

3. Quanto às estratégias futuras, reafirmou-se, na Assembléia Geral das Nações Unidas, o entendimento de que a ação básica deverá desenvolver-se a nível nacional, mediante a criação ou o fortalecimento de mecanismos voltados para a promoção e defesa dos

direitos da mulher. Com efeito, após a Conferência de Nairobi, foi criado, no Brasil, pelo Decreto nº 7.353, de 29.8.85, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que deverá implementar a política nacional nesse setor.

Assuntos Administrativos e Orçamentários

O Brasil participou ativamente, em 1985, do trato das questões administrativas e Orçamentárias da Organização das Nações Unidas, seja no âmbito da V Comissão da Assembléia-Geral, seja nos Comitês especializados sobre a matéria. Orientou a atuação brasileira a preocupação de promover, levando em conta ao mesmo tempo os montantes das contribuições brasileiras ao organismo e o quadro de interesses dos países em desenvolvimento, a racionalização administrativa, a gestão eficaz de recursos e a eliminação de desperdícios.

Oriente Médio.

Os eventos que marcaram mais acentuadamente a evolução do panorama político no Oriente Médio em 1985 foram: a) a continuação do processo de retirada das forças israelenses que se encontravam no Líbano desde junho de 1982; b) o plano de paz formulado conjuntamente em fevereiro, pelo Rei Hussein da Jordânia e o Presidente da OLP, Yasser Arafat; c) a realização, em agosto, da reunião de cúpula dos países árabes em Casablanca, a primeira desde a reunião de Fez, em 1981; e d) o ataque israelense à sede da OLP, no final do ano.

2. O último desses desdobramentos, veio, mais uma vez, demonstrar que, embora os três primeiros apontassem para mudanças positivas no quadro anterior, ainda são remotas as possibilidades de uma solução para as diversas crises que se interpenetram na região, notadamente no que se refere ao problema palestino.

3. Coerente com a orientação que tem adotado com relação a essa problemática, o Brasil continuou a pautar sua atuação multilateral pela busca de fórmulas que conduzam à solução pacífica e negociada das crises do Oriente Médio, à luz dos princípios da Carta da ONU e tendo presentes as resoluções relevantes aprovadas em sessões anteriores da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança.

4. Tal orientação fundamenta-se nos seguintes princípios:

I — a necessidade da retirada das forças israelenses de todos os territórios árabes ocupados desde 1967;

II — a defesa do retorno do povo palestino à Palestina, e o

reconhecimento do seu direito à autodeterminação, independência e soberania, inclusive à criação de um Estado soberano;

III — participação dos palestinos nas negociações de paz, através de sua representante, a Organização para a Libertação da Palestina; e

IV — reconhecimento do direito de todos os Estados da região, inclusive Israel, a existirem dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

5. Na Assembléia Geral, cuja agenda continha, a exemplo de anos anteriores, elevado número de itens sob os quais foram considerados os diferentes aspectos da situação no Oriente Médio, a delegação brasileira, com base nos princípios acima enumerados, apoiou a maior parte das resoluções pertinentes, cuja essência com eles se coaduna.

Malvinas

O contencioso que separa a Argentina e o Reino Unido na questão da soberania sobre as Malvinas foi influenciado, ao longo de 1985, por dois acontecimentos relevantes, de implicações opostas:

I — a inauguração, em maio de 1985, do aeroporto de Mont Pleasant no arquipélago; e

II — a suspensão pela Grã-Bretanha, em julho, do embargo imposto a importações argentinas em 1982.

2. O primeiro desses desdobramentos suscitou as apreensões internacionais quanto à militarização das Malvinas e à decorrente ameaça de uma indesejável transformação do Atlântico Sul em novo palco de tensões estratégicas. O segundo constitui gesto, embora modesto, de conciliação, que se destina, no entendimento britânico, a propiciar medidas práticas conducentes a um futuro restabelecimento de relações normais entre os dois países.

3. As posições brasileiras quanto ao problema das Malvinas partem do pressuposto do direito argentino à soberania sobre as Ilhas, afirmado pela diplomacia brasileira por um século e meio. Tendo como base esse pressuposto, desdobram-se nos seguintes pontos:

a) necessidade de implementação integral da Resolução 502 (1982) do Conselho de Segurança, aprovada ainda durante o conflito do Atlântico Sul;

b) importância da busca de uma solução pacífica e negociada do conflito;

c) valorização do papel das Nações Unidas no encaminhamento da questão;

d) preocupação com a crescente militarização da área em litígio; e

e) insistência na manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação internacionais.

4. Na XL Assembléia Geral da ONU, o Brasil, como já fizera no decorrer de 1985, quer bilateralmente, quer em outros foros como a OEA, teve a oportunidade de novamente sublinhar essas posições. Fê-lo não só através do discurso de abertura do Senhor Presidente da República, como também por ter patrocinado a Resolução 40/21 sobre o problema, que foi adotado com o copatrocínio da grande maioria dos países latino-americanos e o de países significativos de outros continentes.

5. A Resolução 40/21, texto equilibrado que dá guarida às preocupações fundamentais como a busca de uma solução justa e pacífica da controvérsia anglo-argentina, exortando à retomada o mais cedo possível de negociações entre as partes, distinguiu-se aliás de suas predecessoras por ter contado com apoio expressivamente maior, inclusive — o que não ocorrera anteriormente — o de países europeus. A participação da delegação brasileira foi instrumental para o amplo apoio recebido pela resolução.

Assuntos Jurídicos

O Brasil participou, em 1985, dos dois principais órgãos das Nações Unidas que se ocupam de assuntos jurídicos, a CDI e a UNCITRAL.

No âmbito da Comissão do Direito Internacional, mereceu atenção especial o tópico referente ao uso dos cursos d'água internacionais para fins outros que a navegação. Não houve, contudo, evolução significativa na matéria, em que o rumo dos debates continua favorável às teses advogadas pelo Brasil.

No âmbito da UNCITRAL, foi concluído o projeto de lei-modelo de arbitragem comercial, encaminhado à Assembléia Geral das Nações Unidas. Tal projeto será submetido à consideração dos Governos para que examinem a possibilidade de sua incorporação à legislação nacional. A conveniência da adoção pelo Brasil da citada lei-modelo será objeto de estudo minucioso pelos setores nacionais competentes.

Ainda no âmbito da UNCITRAL, ênfase especial deve ser dada ao Grupo de Trabalho sobre Instrumentos Negociáveis Internacionais, que, em sua XIV Sessão, realizada em dezembro, à qual o

Brasil esteve representado, deu redação final ao projeto de uma Convenção Sobre Notas Promissórias e Letras de Câmbio Internacionais, a ser oportunamente analisado pelos setores brasileiros interessados.

No âmbito da VI Comissão, tema que despertou grande interesse foi o do terrorismo internacional, objeto de resolução aprovada por consenso em plenário. Quanto à elaboração de um Código de Ofensas contra a Paz e a Segurança da Humanidade, o tema deverá voltar à consideração da CDI no próximo ano. Adiou-se, por três anos, a consideração da questão de cláusula de nação mais favorecida.

Questões sociais e humanitárias. Refugiados.

O Brasil, que é parte da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e do seu Protocolo de 1967, tem manifestado freqüentemente sua solidariedade com relação à questão dos refugiados, em particular dos refugiados africanos.

2. Por ocasião da XL Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil uniu-se ao consenso em prol da adoção de várias resoluções sobre o assunto. Entre essas resoluções destacam-se as seguintes: "Implementação das Decisões Adotadas pela Segunda Conferência Internacional sobre Assistência a Refugiados na África (ICARA II)", "Assistência a Refugiados na Somália", "Assistência a Pessoas Deslocadas na Etiópia", "Situação dos Refugiados no Sudão", "Assistência aos Estudantes Refugiados na África Austral", "Assistência Humanitária a Refugiados em Djibouti" e "Cooperação para se evitar Novos Fluxos de Refugiados".

Questões sociais e humanitárias. Prevenção do Crime.

O Brasil participou do VII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinqüentes, realizado em Milão, em 1985.

2. O Congresso de Milão adotou, por consenso, seis instrumentos principais: O Plano de Ação de Milão, os Princípios Diretores para a Prevenção do Crime e a Justiça Penal no contexto do Desenvolvimento e de uma Nova Ordem Econômica Internacional, Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores ("Regras de Beijing"), Declaração sobre os Princípios Fundamentais de Justiça relativos às vítimas de Delitos e às Vítimas de Abuso de Poder, Acordo Modelo sobre a Transferência de Prisioneiros Estrangeiros e Recomendação sobre o Trata-

mento desses Prisioneiros e Princípios Básicos Relativos à Independência do Judiciário. Também adotou, por consenso, 24 resoluções sobre delinqüência organizada, tráfico de entorpecentes e cooperação internacional na fiscalização do uso indevido de drogas, código de conduta para policiais e atos de terrorismo, entre outros assuntos.

3. A XL Assembléia Geral das Nações Unidas endossou, por consenso, os documentos aprovados pelo VII Congresso Mundial.

Juventude

Celebrou-se em 1985 o Ano Internacional da Juventude (AIJ) conforme Resolução 34/151 da Assembléia Geral das Nações Unidas. No plano nacional, foi instalada oficialmente pelo Presidente José Sarney, em 28 de maio, a Comissão Nacional do Ano Internacional da Juventude, instituída pelo Decreto Presidencial nº 89.785, de 13 de junho de 1984, cuja coordenação dos trabalhos cabe ao Ministério da Educação. A Comissão é composta de representantes de órgãos governamentais, inclusive Ministério das Relações Exteriores, órgãos não-governamentais e organizações de jovens, cujo objetivo, **inter alia**, é o de apresentar subsídios às áreas competentes com vistas à formulação de uma política nacional voltada para a juventude e, eventualmente, viabilizar a própria criação de estruturas governamentais permanentes que se incumbam dos assuntos relacionados com a juventude.

No plano internacional, o Brasil participou da II Reunião Regional Latino-Americana e do Caribe para o Ano Internacional da Juventude, promovida pela CEPAL e realizada em Montevidéu, na qual foi reavaliado o Plano de Ação Regional para a América Latina e o Caribe em relação com o AIJ e aprovadas políticas futuras complementares. Participou também da Conferência em Nova Iorque, na qual os Estados-membros da ONU expuseram suas realizações, a situação atual e as perspectivas futuras no que respeita a juventude, e foram aprovadas resoluções, sobretudo sobre o exercício pela juventude dos direitos humanos e sobre oportunidades para a juventude.

O Brasil participou, igualmente, como observador, do Congresso Mundial sobre a Juventude, promovido pela UNESCO e realizado em Barcelona, bem como da Conferência Mundial de Comissões Nacionais do AIJ, realizada em Bucareste.

Quadragésimo Aniversário das Nações Unidas

A comemoração, no dia 24 de outubro, do Quadragésimo Aniversário das Nações Unidas constituiu momento de reflexão e avaliação crítica sobre as intensas atividades desenvolvidas pela Organização nesses quarenta anos, cuja relevância a comunidade internacional atestou pela maciça presença de Chefes de Estado e de Governo por ocasião da celebração do evento, bem como pelas comemorações realizadas na grande maioria dos Estados-membros.

2. Nesse contexto, o Presidente José Sarney, no dia 23 de setembro, proferiu o discurso de abertura do debate geral da quadragésima sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, gesto que evidenciou o reconhecimento da sociedade brasileira ao trabalho da Organização. O discurso, que teve ampla repercussão na comunidade internacional enfatizou a gravidade da situação econômica vivida pelos países do Terceiro Mundo, resultante sobretudo do grande endividamento externo que sufoca as economias da região; salientou, ademais, o papel primordial, desempenhado pelas Nações Unidas para a manutenção da paz e segurança internacionais e a conveniência de reforçar sua capacidade de ação.

3. O Presidente José Sarney entrevistou-se na ocasião com o Secretário Geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, oportunidade em que trocou idéias sobre aspectos ligados à Organização, bem como com os seguintes Chefes de Estado ou de Governo e altas autoridades estrangeiras, sobre questões da agenda internacional:

dia 25 — Presidente de Moçambique
Samora Machel

dia 25 — Primeiro Ministro da Espanha
Felipe Gonsalez

dia 24 — Secretário de Estado dos E.U.A.
George Schultz

dia 25 — Primeiro Ministro da Polônia
Wojciech Jaruselski

dia 25 — Ministro dos Negócios Estrangeiros da U.R.S.S
Edouard Chervadnadze

dia 24 — Presidente do México
Miguel de la Madrid

Presidente do Peru
Alan Garcia

Presidente do Uruguai
Julio Maria Sanguinetti

Presidente da Venezuela
Jaime Lusinchi

Presidente do Panamá
Nicolas Ardito Barletta

4. No plano nacional houve celebração do Quadragésimo Aniversário das Nações Unidas pelo Poder Executivo e pelo Legislativo, bem como pela sociedade em geral. Assim, no âmbito do Executivo, o Ministro das Relações Exteriores, Doutor Olavo Setúbal, no dia 24 de outubro, presidiu cerimônia de hasteamento da bandeira das Nações Unidas defronte ao Palácio Itamaraty, em Brasília, a que se seguiu posteriormente cerimônia de lançamento do selo alusivo ao evento, bem como proferiu discurso em que enfatizou, sobretudo, a importância da Organização nas relações internacionais e a urgência em fortalecê-la. O corpo diplomático acreditado em Brasília, além de altas autoridades nacionais, compareceu esta última cerimônia.

5. O Itamaraty também realizou exposição de livros e documentos relacionados com as Nações Unidas, além de estar em vias de publicar edição especial da "Resenha de Política Exterior", comemorativa do evento.

6. Outro fato a destacar ainda no âmbito do Executivo foi a comemoração do Quadragésimo Aniversário em inúmeros estabelecimentos de ensino oficiais, em consonância com instruções emanadas do Ministério da Educação, de acordo com sugestão do Itamaraty.

7. No contexto do Poder Legislativo, destaca-se, inicialmente, a Sessão Solene do Congresso Nacional realizada no dia 24 de outubro, que contou com a presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de outras autoridades nacionais e de representantes de organismos internacionais. Na ocasião, foram proferidos discursos pelo Senador Cid Sampaio, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, pelo Deputado Edison Lobão, representante da Câmara dos Deputados, e pelo Senador José Fragelli, Presidente do Congresso Nacional. Em seguida, foi inaugurada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, na Biblioteca do Senado, exposição fotográfica sobre as Nações Unidas.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS ESPECIALIZADOS

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

Das reuniões realizadas pela FAO em 1985 destaca-se, por sua importância, o 23º Período de Sessões da Conferência (novembro), que contou com a participação dos Presidentes Alan Garcia, do Peru, Mitterrand, da França, e Suharto, da Indonésia.

Naquela oportunidade, ao se proceder à renovação do terço dos membros do Conselho, o Brasil foi reeleito para o período 1987-1989, em primeiro escrutínio e por expressiva votação.

A Conferência examinou o papel que a recessão vem desempenhando na presente década, no contexto da economia mundial, seu aparecimento nos países de economia de mercado e, por força da crescente interdependência das economias nacionais, seu reflexo nos países em desenvolvimento. Verificou-se que esses, por sua economia débil, têm obtido resultados mínimos no processo de recuperação, à custa de grandes dificuldades e sacrifícios das populações.

A Conferência apresentou saldo positivo para os países em desenvolvimento em geral. Dentre as principais resoluções aprovadas desse encontro cabe ressaltar:

1) o orçamento para o biênio 1986-87, ligeiramente superior ao de exercícios anteriores, capaz de assegurar certa expansão das atividades regulares, inclusive as que dizem respeito aos programas de cooperação técnica;
2) o Código sobre distribuição e uso de agrotóxicos;
3) o compromisso para 1987-88 de 1.4 bilhão de dólares em contribuições voluntárias para o Programa Mundial de Alimentos (PMA);
4) o Pacto de Segurança Alimentar, compromisso de natureza eminentemente moral com vistas a fortalecer a segurança alimentar mundial.

Diversas iniciativas da FAO, durante o ano de 1985, se referiram ao tema do desenvolvimento rural. Realizou-se em julho, no Panamá, a Conferência de Plenipotenciários para a adoção de um protocolo para ratificar o Acordo de Instalação do Centro Regional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural para a América Latina e Caribe da qual o Brasil participou. Além de debates em torno da necessidade de melhor situar o conceito de reforma agrária como processo de desenvolvimento rural, a Conferência decidiu que o Centro Regional da Reforma Agrária e Desenvolvimento Ru-

ral para a América Latina e Caribe será sediado na República Dominicana.

Realizou-se em Buenos Aires, em outubro, a III Consulta Governamental para países da América Latina e Caribe relativa à implementação do Programa de Ação da Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que contou igualmente com a participação brasileira. A consulta passou em revista os resultados obtidos no processo de desenvolvimento rural e reforma agrária nos últimos anos. Os participantes procederam também a uma avaliação do papel da mulher na produção e na segurança alimentar.

Conselho Mundial de Alimentos (CMA)

O CMA realizou sua XI Sessão Ministerial em Paris, em junho. Conforme esperado, a crise alimentar da África foi o tópico central das preocupações, tendo o comunicado geral da reunião reproduzido opinião do Presidente daquele organismo quanto à necessidade de aportes orçados em, pelo menos, um bilhão de dólares anuais até que se recomponham as receitas comerciais do Continente Africano.

Programa Mundial de Alimentos (PMA)

Além das duas reuniões do Comitê de Política e Programas de Assistência Alimentar, realizadas em maio e outubro, das quais participaram representantes brasileiros, cabe assinalar a realização, em dezembro, em Recife e Aracaju, do Seminário sobre Assistência Alimentar, destinado a técnicos e executivos governamentais do Brasil e de países africanos de expressão portuguesa. Essa iniciativa conjunta Itamaraty-SUDENE-PMA visou a proporcionar a troca de pontos de vista sobre a experiência de cada país participante, bem como a familiarizar os especialistas africanos com a implementação dos projetos que o PMA desenvolveu no Brasil, em especial o projeto de auxílio às vítimas da seca no Estado de Sergipe.

Organização Internacional do Trabalho

Realizou-se em Genebra, no período de 7 a 27 de junho de 1985, a 71ª Conferência Internacional do Trabalho. O Brasil tomou parte do evento e esteve representado por delegação tripartite, composta por delegados governamentais, patronais e sindicais. A delegação governamental presidida pelo senhor ministro do Tra-

balho, contou com a participação de representantes indicados pelos Ministérios do Trabalho e das Relações Exteriores.

2. No decorrer da Conferência, foram debatidos assuntos de natureza técnica, entre os quais, em primeira discussão, a questão da utilização do amianto em condições de segurança. Estabeleceu-se ainda uma Comissão, da qual o Brasil participou ativamente, sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres no emprego. Na oportunidade, foram, igualmente, aprovados quatro instrumentos internacionais, duas convenções e duas recomendações sobre "Estatísticas, Salários e Horas de Trabalho" e sobre "Serviços de Saúde no Trabalho".

3. No campo da cooperação técnica, o Brasil recebeu a visita de peritos da OIT que prestaram assistência às atividades ligadas às relações do trabalho. Realizou-se no Brasil, em outubro de 1985, o Curso sobre Política Social do Trabalho, que contou com a presença expressiva de representantes classistas de países africanos de língua portuguesa.

4. O Brasil participou ainda das reuniões do Conselho de Administração da OIT, de fevereiro, junho e novembro de 1985, que se dedicaram, principalmente, à análise dos programas e orçamento da Organização e dos assuntos relativos às Comissões de Liberdade Sindical e de Aplicação de normas.

Organização Mundial de Saúde

Realizou-se em Genebra, no período de 6 a 22 de maio de 1985, a XXXVIII Assembléia Mundial de Saúde. O Brasil fez-se representar no referido evento por delegação integrada por representantes do Ministério da Saúde e por membros da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

2. Na ocasião foram debatidos temas técnicos de saúde de interesse para o Brasil e aprovados projetos de resolução, sendo os mais relevantes aqueles sobre a "Implementação da Estratégia de Saúde para todos até o ano 2000", o de "Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento", o projeto de resolução sobre "A Luta Antimalária", entre outros projetos versando sobre temas de igual significação para os países em desenvolvimento.

3. Visitou o Brasil, no período de 24 a 26 de outubro de 1985, o Doutor Halfdan Mahler, Diretor Geral da Organização Mundial de Saúde em atenção ao convite formulado pelo Senhor Ministro da Saúde, Doutor Carlos Sant'Anna. Durante a visita, o Diretor-Geral da OMS entrevistou-se com o Senhor Presidente da República e os Ministros da Saúde e das Relações Exteriores. Na

ocasião foi mencionada a excelente cooperação mantida entre o Brasil e a Organização, traduzida especialmente pelas atividades desenvolvidas no país por intermédio do Programa Especial de Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais.

TEMAS ESPECIAIS

1. **Direito do Mar.** Em 1985, a Comissão Preparatória para o Estabelecimento da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar realizou sua III Sessão, em Kingston, Jamaica, no mês de abril, bem como a III Sessão Reconvocada, em Genebra, nos meses de agosto e setembro. Em março foi realizada a XIII Assembléia da Comissão Oceanográfica Intergovernamental. Em julho realizou-se a XXXVII Reunião Anual da Comissão Internacional da baleia (CIB).

2. Desdobramentos internos na área do Direito do Mar, em 1985, incluem, em 10 de março, o encaminhamento, pela Presidência da República, ao Congresso Nacional, do texto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. A propósito do exame dessa Convenção pelo Congresso, notem-se a intervenção do Senhor Ministro de Estado na Câmara dos Deputados (maio), bem como as audiências do Embaixador Carlos Calero Rodrigues e do Professor Vicente Marotta Rangel na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. A referida Convenção foi, em seguida, aprovada pela Câmara dos Deputados, estando no momento submetida ao Senado.

3. No âmbito da CIRM, houve participação constante do Itamaraty naquele órgão colegiado. O Plenário da CIRM realizou 4 reuniões ordinárias em 1985, constando sempre da agenda temas diretamente pertinentes às atividades de política externa. Por iniciativa do Itamaraty, realizou igualmente a CIRM a 5ª reunião extraordinária, para tratar de assuntos relativos à caça da baleia no Brasil. Desse encontro resultou a assinatura, pelo Senhor Presidente da República, do Decreto nº 92.185, de 20/12/85, que proíbe, nos termos estabelecidos pela CIB, a caça comercial da baleia no Brasil pelos próximos cinco anos.

4. O Itamaraty participou igualmente da Subcomissão da CIRM para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR); ademais, como convidado, participou das reuniões da Subcomissão da CIRM para a Formulação do Segundo Plano Setorial dos Recursos do Mar.

5. Foram acompanhados, inclusive, assuntos da FAO ligados a recursos do mar, sobretudo a pesca, através das atividades do Co-

mitê de Pesca daquela Organização (COFI). O COFI realizou a sua XVI Sessão em abril último. Esse melhor acompanhamento das questões internacionais na área da pesca foi na verdade possibilitado pelo estabelecimento, em Roma, de nossa Representação junto à FAO. No setor de pesca, externamente, foi dada a atenção necessária a organismos subsidiários da FAO, como a Comissão de Pesca para o Atlântico Centro Ocidental (COPACO) ou a Comissão de Pesca em Águas Interiores da América Latina (COPESCAL) bem como a outros organismos regionais de pesca, como a OLDEPESCA, da qual o Brasil não é membro.

6. O Brasil é membro ativo da Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico (CICAA), cujas reuniões anuais contam habitualmente com participação de técnico do Ministério da Agricultura. No último encontro, a IX Reunião Anual Ordinária, celebrada em novembro, o Brasil, entretanto, não se fez representar.

7. Ainda na área do Direito do Mar, foi dedicada especial atenção aos problemas ligados às autorizações para expedições de pesquisa científica por entidades estrangeiras em território nacional. Procedeu-se ao levantamento dos problemas sobre a legislação em vigor, tanto para pesquisas terrestres como para pesquisas em águas interiores e de aerolevantamento.

8. É de prever-se que o estudo mais aprofundado dessa legislação leve à sua revisão, com os objetivos, entre outros, de agilização e de atualização. Note-se, a respeito, que o Ministério da Marinha está, no momento, revendo o Decreto 63.164, de 26 de agosto de 1968, sobre autorização para pesquisa científica em águas sob jurisdição nacional. Finalmente, vale assinalar que o Conselho de Segurança Nacional criou recentemente Grupo de Trabalho Interministerial, no qual participa o Itamaraty, para rever a legislação sobre autorização para pesquisa científica no território nacional.

9. **Antártida.** Realizou-se em setembro último, em Bruxelas, a XIII Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártida. Trata-se da primeira reunião das Partes Consultivas subseqüente ao ano da admissão do Brasil ao **status** de consultivo. Tivemos, na reunião de Bruxelas, conseqüentemente, plena participação substantiva, cabendo-nos, inclusive, a Presidência de um dos dois grupos de trabalho estabelecidos durante o encontro (sobre questões ambientais).

10. Em fevereiro-março de 1985, o Brasil sediou, no Rio de Janeiro, a 6ª rodada de negociações sobre recursos minerais na Antártida. Participamos, igualmente, da 7ª rodada de negociações, realizada em Paris. Durante o ano, delineou-se mais clara-

mente a posição do Brasil na matéria, sendo possível delimitar uma estratégia de participação mais eficaz.

11. Verificou-se no ano passado a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCMLR), um dos principais instrumentos com que conta o Sistema Antártico, e um exemplo da flexibilidade do próprio Tratado da Antártida. Com a adesão do Brasil a essa Convenção, estará o Brasil habilitado a participar da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos e de seu Comitê Científico.

12. O Itamaraty participou de dois seminários internacionais sobre a Antártida: um, na própria Antártida, na Geleira Beardmore, organizado pelos EUA; outro, em Kiel, na RFA, organizado por entidades científicas daquele país.

13. A Operação Antártica IV contou, paralelamente, com a participação de representante do MRE, a bordo do navio de apoio oceanográfico "Barão de Teffé" durante a 1ª fase da operação (novembro-dezembro).

14. Caberia, além disso, a respeito da administração do PROANTAR, notar que houve, em 1985, uma reunião da CONANTAR.

15. **Espaço exterior.** O MRE participou dos trabalhos dos dois subcomitês (jurídico e científico) e da plenária do Comitê das Nações Unidas sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS), em Nova York.

16. O Itamaraty participou dos trabalhos de 4 subcomitês da COBAE: (a) sobre o Experimento GTE/ABLE, com os EUA; (b) sobre aluguel de "Transponders" do Brasil para países vizinhos; (c) sobre a adesão do Brasil ao COSPAS-SARSAT; (d) sobre a possibilidade de o Brasil utilizar o sistema SPOT em lugar do LANDSAT. Os dois primeiros desses subcomitês já realizaram suas tarefas, estando os trabalhos dos dois últimos ainda em curso.

ASSUNTOS CULTURAIS

No ano de 1985, o Itamaraty atuou ativamente nos setores da cooperação intelectual, da divulgação e da difusão cultural dentro das linhas gerais da política externa brasileira.

2. Foi particularmente proveitosa a participação do Brasil na XXIII Conferência Geral da UNESCO, durante a qual a Delegação brasileira contribuiu de maneira considerável, para, em ação conjunta com os países em desenvolvimento, mais que tentar evitar a retirada do Reino Unido da organização, claramente decidida em Whitehall antes do início dos trabalhos em Sófia, assegurar a sobrevivência dos componentes sadios do organismo que viabilizarão uma reestruturação da UNESCO, tarefa na qual o Brasil continuará a desempenhar papel de relevo, especialmente por ter sido designado para presidir o Comitê Especial que, dentro do Conselho-Executivo, acompanhará a execução das reformas já adotadas.

3. O Brasil foi reeleito para o Conselho-Executivo e, além disso, passou a integrar 6 dos 13 órgãos periféricos da UNESCO, a saber: o Conselho do Bureau Internacional da Educação, o Programa Geral de Informação, o Conselho Intergovernamental do Programa Hidrológico Internacional, o Homem e a Biosfera (MAB), o Programa Intergovernamental de Informática, e o Comitê do Patrimônio Mundial.

4. De outra parte, o Itamaraty acolheu cautelosamente uma reaproximação com a União Latina, organismo agora sob nova direção, que poderá ser útil ao Brasil em diversos projetos, pois entre os principais programas de ação da União Latina estão:

1. divulgação e defesa das línguas latinas;
2. enriquecimento e informatização dos vocabulários científico-técnicos das línguas latinas;
3. legislação para proteção das identidades culturais latinas.

5. O Projeto Brasil-França, que pretende promover ao longo dos próximos anos, independente da rotina já estabelecida, série de exposições artísticas, seminários, palestras, simpósios e mostras técnico-científicas sobre aspectos comuns à cultura e à ciência dos 2 países, foi lançado oficialmente em Brasília, em outubro, pelos Presidentes Sarney e Mitterrand. Os comissários brasileiro e francês trabalham ativamente no sentido de que a primeira manifestação do Projeto Brasil-França ocorra no início do segundo semestre do ano em curso.

6. Realizaram-se reuniões das Comissões Mistas Brasil-Nigéria e Brasil-Guiné Bissau, em seus subgrupos culturais, e reuniões das Comissões Culturais Mistas Brasil-México e Brasil-Argentina.

7. O Itamaraty promoveu ainda Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a República Popular da China,

assinado quando da visita do Primeiro-Ministro Zhao-Ziyang.

8. Manteve ainda contato freqüente com os Ministérios da Cultura e da Educação para coordenar a participação brasileira em organismos e eventos internacionais ligados à cultura e à educação.

9. Prosseguiu o Itamaraty em seu plano de promover mostras de cinema brasileiro e de prestigiar a participação brasileira em festivais internacionais de cinema. No Festival de Berlim, foi premiado o filme brasileiro "Cabra marcado para Morrer". Deu também assistência — inclusive financeira — ao II Festival Internacional de Cinema, TV e Vídeo do Rio de Janeiro, colaborando igualmente na organização da XIV Jornada de Cinema da Bahia.

10. Na área de televisão, foi assinado Memorando de entendimento entre a FUNTEVÊ e o Ministério da Informação de São Tomé e Príncipe, bem como Protocolo Adicional ao Convênio Cultural com o Uruguai para as áreas de Rádio e Televisão. Outro Memorando de Entendimento foi assinado entre a FUNTEVÊ e a Argentina Televisora Color, canal 7.

11. No setor rádio, deve assinalar-se a incorporação de mais 3 emissoras de rádio à transmissão do programa semanal "Brazilian Hour" de Los Angeles: a WAMC, Albany — Nova York; a WVPE-FM, Elkart, Indiana, e a KALW-FM, de São Francisco. Teve boa repercussão o programa especial em comemoração à data nacional, de 4 horas de duração, produzido pelo Consulado em Los Angeles e transmitido pela rádio KPFK daquela cidade.

12. Continuou-se buscando o aperfeiçoamento da rede de Centros de Estudos Brasileiros no exterior, que hoje são em número de 20. As bibliotecas dos CEBs foram reforçadas e iniciaram-se negociações com o Governo da Nigéria para a instalação de um CEB em Lagos, que seria o primeiro em país africano anglófono.

13. No campo das artes plásticas, o Itamaraty promoveu a apresentação no exterior, entre outras, de três importantes mostras coletivas, quais sejam "Os Grandes Mestres do Abstracionismo Brasileiro", patrocinada pela Sociedade de Amigos dos Museus; "A Cor e o Desenho do Brasil", patrocinado pelo Centro Brasileiro de Projetos de Arte; e "Today's Art of Brazil", em Tóquio, no marco das celebrações do nonagésimo aniversário das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão. No âmbito nacional, como acontece habitualmente, prestou assistência logística à organização da XVIII Bienal Internacional de São Paulo.

14. O Itamaraty apoiou ainda diversas atividades de caráter musical e músicos brasileiros, especialmente o compositor Marlos Nobre, para reger obras de sua autoria na Europa e América Latina e participar da Assembléia Geral do Conselho Internacional de Mú-

sica da Unesco, em Dresden, RDA, quando foi eleito Presidente da entidade para o biênio 1986/87.

15. Foi intenso o apoio do Itamaraty à Comissão para o planejamento das comemorações do sesquicentenário do nascimento de Carlos Gomes e ao Museu Villa-Lobos, que coordena as atividades relacionadas ao centenário do nascimento do compositor.

16. Em matéria de literatura, implementou-se o programa de co-edições Brasil-México. Além disso, encontra-se em fase de impressão no México o **Don Quixote**, de Portinari e Carlos Drummond de Andrade.

O Itamaraty prestigiou, igualmente, atividades nos campos das artes cênicas, arquitetura, fotografia, filatelia, geologia e desenho humorístico e caricaturas.

ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

No ano de 1985, o Departamento de Assuntos Consulares, através de suas Divisões, processou um volume considerável, superior ao do ano precedente, dos serviços que constituem sua atribuição regimental, notadamente nos setores de cooperação judiciária internacional de assistência a cidadãos brasileiros, concessão de vistos de variada natureza e de passaportes diplomáticos e de serviço, coordenando a extensa rede consular brasileira no exterior.

2. Além das atividades acima descritas, merece destaque o trabalho cuidadoso e tecnicamente complexo desenvolvimento pela Divisão de Imigração, juntamente com o Ministério da Justiça e o do Trabalho com vistas à reformulação do Estatuto do Estrangeiro. Esta mesma Divisão teve, nos meses de setembro e outubro, o encargo de organizar a visita oficial do Secretário de Estado do Trabalho e Assuntos Sociais dos Países Baixos, coordenando os contactos, de relevância para a política externa, nas áreas da justiça, do Trabalho e da Reforma Agrária.

3. No âmbito da assistência a brasileiros no exterior, serviço desempenhado pela Divisão Consular, cabe salientar a que foi prestada por ocasião do terremoto no México, que demandou de todos os funcionários do Departamento um considerável esforço extra-horário, durante o qual vale destacar a eficiência e o alto grau de espírito público por todos demonstrado. O plantão telefônico, montado em coordenação com Divisão de Comunicações e com a Fundação Visconde de Cabo Frio, permitiu, mercê dos meios de informática empregados, o rápido atendimento de mais de 1.400 pedidos de informação sobre cidadãos brasileiros que se encontram no México, formulados por parentes ou pessoas amigas de todo o território nacional, sobre um total de cerca de 1.600 pedidos.

4. Igualmente de grande importância para a consecução dos

objetivos fixados pela política externa, foi o intenso trabalho de coordenação que vem sendo desempenhado pelo Departamento no tocante à criação, acompanhamento e avaliação dos Grupos de Cooperação Consular, que, se vêm revelando um instrumento auxiliar de apreciável eficácia. Neste setor vale apontar os esforços bem sucedidos que foram alcançados no Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, cuja Segunda Reunião se realizou em Brasília ao final de novembro, e que muito têm contribuído para evitar o agravamento dos problemas ora enfrentados pelo Governo no domínio do assentamento da mão-de-obra agrária. A este trabalho se acrescentam os bons resultados que também vem sendo obtidos no Grupo de Cooperação Consular Brasil-França, relativo à imigração brasileira no Departamento da Guiana, e as atividades, em estágio já adiantado, que precedem a criação do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Bolívia.

SUBSECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E PROGRAMAS

Em 1985, de acordo com a sistemática de encontros regulares de equipes de planejamento político, realizou-se, a 7 e 8 de maio, em Brasília, reunião de consulta sobre temas gerais entre Brasil e Estados Unidos.

Coordenou-se a atividade de diversos grupos de trabalho, no âmbito bilateral e multilateral. Nesse sentido, foi analisado o estado de nossas relações com a República Sul-Africana, com a conseqüente proposição de um documento com vistas à imposição de novas sanções e consolidação das vigentes contra o regime racista da África do Sul. Tal proposta transformou-se no Decreto nº 91.524, de nove de agosto de 1985.

No quadro da projetada reforma da Organização de Estados Americanos, procedeu-se a uma análise aprofundada daquele organismo regional e de sua relevância para o Brasil. A posição brasileira de apoio a esse movimento de reforma da OEA é conseqüência de tal estudo.

De acordo com as suas atribuições de planejamento e acompanhamento de temas políticos, foram preparados diversos estudos sobre assuntos de atualidade político estratégica, notadamente sobre América Central, Atlântico Sul e a componente espacial e tecnológica de sistemas defensivos.

Durante o ano de 1985, deu-se prosseguimento ao ciclo de conferências proferidas pelo Ministro das Relações Exteriores, Secretário-Geral e outros funcionários diplomáticos em instituições de ensino superior, inclusive aquelas relacionadas com as Forças Armadas. A colaboração prestada pelo Itamaraty, especialmente através de seus funcionários, permitiu fornecer a tais instituições de ensino uma visão abrangente, seja da política externa brasileira em suas grandes linhas, seja em aspectos e questões específicas da competência do Ministério das Relações Exteriores.

SUBSECRETARIA GERAL DE ASSUNTOS ECONOMICOS E COMERCIAIS

PROMOÇÃO COMERCIAL

PROMOÇÃO COMERCIAL

O Programa de Promoção Comercial (PPCE) objetivou dar continuidade às atividades de apoio às iniciativas governamentais e empresariais orientadas para a venda de produtos e serviços brasileiros no exterior, de forma a contribuir para que fossem alcançadas as metas estabelecidas para o setor de exportação em 1985. O PPCE-85 procurou coordenar as ações das diversas unidades que compõem o Sistema de Promoção Comercial do Itamaraty, consolidando os programas de cada um dos 136 Setores de Promoção Comercial instalados em Embaixadas e Consulados brasileiros em mais de 90 países. O PPCE foi estruturado em quatro Sub programas de atividades: Subprograma de operações de Promoção Comercial, Subprograma de Informações Comercial, Subprograma de Mostras e Turismo e Subprograma de Organização e Modernização, que buscaram otimizar os limitados recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis para conciliá-los com os objetivos a serem logrados.

Durante o ano de 1985, dentro do Subprograma de Organização e Modernização, foi concedida especial importância ao treinamento e aperfeiçoamento de auxiliares e assistentes técnicos contratados nos SECOM's (setores de promoção comercial no exterior), bem como à reativação dos seminários internacionais realizados no Brasil. A esse respeito valeria mencionar o II Seminário Internacional sobre o Gado Zebu, o I Seminário Internacional sobre Implementos e Maquinaria Agrícola, em colaboração com o ITC e a FUNDAP e, finalmente, o IV Seminário sobre Aspectos Jurídico-Legais das Negociações em Comércio Exterior, co-patrocinado pelo PNUD e pela FINEP, evento com a participação de conceituados técnicos e empresários nacionais e estrangeiros.

O Sistema de Processamento Eletrônico de Dados que une a SERE a 50 Postos no Exterior registrou sensível aumento em sua utilização, conferindo maior utilidade e aproveitamento do programa de transmissão eletrônica. Houve a inclusão de mais unidades ao sistema, as Embaixadas do Brasil em Bogotá, Panamá, Lima e Moscou, assim como ampliação dos serviços como o lançamento do programa de estatísticas de comércio exterior, além do aumento de exportadores brasileiros cadastrados, hoje estimados em 7.948.

O Sistema de Informações Comerciais do Itamaraty consolidou a utilização de outros eficientes meios de comunicação para transmitir as oportunidades comerciais captadas às empresas cadastradas no SIC. Além dos diversos Boletins Padronizados, o Sistema valeu-se de um programa editorial para divulgar informações conjunturais e tópicas sobre temas de comércio exterior, utilizando publicações como o Boletim da Revista Comércio Exterior, quinzenal, e a Revista de Comércio Exterior, bimestral, valiosos instrumentos da política de apoio às exportações. Da mesma forma, a Revista Brasil, publicada em cinco idiomas — português, inglês, espanhol, alemão e francês — revelou-se órgão de divulgação eficaz para os produtos brasileiros no exterior, circulando em 155 países, nos cinco continentes.

Entre as atividades desenvolvidas como apoio às exportações de serviços, vale mencionar o Programa de Operação de Longo Envolvimento — POLEN — destinado a doar a países em desenvolvimento estudos de pré-viabilidade a serem executados por empresas brasileiras de consultoria. Foram aprovados cinco projetos em 1985, sendo que dois tiveram seus estudos iniciados no mesmo ano. Trata-se de projetos de energia elétrica, de setores de álcool e açúcar, pecuária e pastagens e também projeto na área metal-mecânica, em países da África e na China.

Merecem ainda especial destaque o Programa de captação de investimentos, o programa de identificação precoce de oportunidades de exportação de serviços e a apresentação da Proposta para elaboração do Plano Diretor de Transportes para a África, em coordenação com o Ministério dos Transportes, Ministério da Aeronáutica e com a Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP.

No âmbito do Subprograma de Mostras e Turismo, o Itamaraty patrocinou em 1985, a participação brasileira em 55 eventos no exterior, entre mostra gerais e especializadas. Como nas demais atividades, a preocupação dominante foi o aumento da produtividade dos limitados recursos disponíveis. Buscou-se, nesse sentido, a coordenação com outros órgãos governamentais e privados, de

modo a repartir o custeio desse eficiente instrumento de promoção comercial. Destaca-se no Programa de Mostras desenvolvido em 1985 a participação brasileira em grandes mostras internacionais com poder de irradiação regional — como a Feira Internacional de Tsukuba, no Japão — onde o Brasil procurou promover, ademais de seus produtos, sua própria imagem como para exportador de tecnologia e de produtos industrializados.

Vale ainda registrar que as ações desenvolvidas no âmbito do Subprograma das Operações Comerciais procuraram sobretudo estabelecer relações mais estreitas com países em desenvolvimento, onde é o predominante a ação do Estado como orientador dos fluxos de comércio. Várias operações foram concluídas com sucesso no campo da prestação de serviços de engenharia e consultoria, setor ao qual foi prestada especial atenção, mercê do alto valor agregado de cada exportação envolvida e de sua importância para o desenvolvimento tecnológico brasileiro.

Especial atenção foi igualmente dispensada à preparação da participação brasileira em comissões mistas e à preparação de visitas de missões comerciais brasileiras ao exterior e de visitas de missões comerciais estrangeiras ao Brasil. Entre várias visitas oficiais e empresariais realizadas em 1985 destacam-se, por sua importância e potencialidade de gerar novos negócios, as visitas ao Brasil do Primeiro Ministro da República Popular da China, do Vice-Ministro da Indústria Metalúrgica de RPC e do Ministro da Irrigação do Iraque, além da visita de missão oficial brasileira à Nigéria para contactos de alto nível com vistas a renovação dos acordos de petróleo e de contra-comércio entre os dois países.

Ainda dentro do Subprograma de Operações Comerciais cabe assinalar a busca constante realizada em 1985 por novas formas de dinamização das correntes de comércio internacional através do estudo e colocação em prática de diversos acordos de "joint-ventures", de contra-comércio e outras operações que resultaram na assinatura de importantes contratos, como a participação na barragem de Derbeudi-Khan, no Iraque, a construção da rodovia Mendez-Morona, no Equador e a troca de automóveis brasileiros por petróleo iraquiano, entre inúmeras outras.

ASSUNTOS ECONOMICOS

Uma conjuntura baixista afetou de um modo geral os produtos de base, com perda de receita cambial em alguns dos principais itens da pauta de exportação do Brasil.

Café — Amparado pelo sistema de quotas do Acordo Internacional do Café, este produto manteve-se, entretanto, razoavelmente protegido daquelas pressões, acusando ao final do ano forte elevação, decorrente da expectativa de quebra brasileira provocada pela estiagem. Nas negociações realizadas no âmbito da Organização Internacional do Café, o Brasil logrou, inclusive através de intensas gestões diplomáticas, a manutenção de uma faixa de preços remunerativa, a fixação de uma quota global adequada e a preservação de sua quota de participação no mercado mundial.

Cacau — O cacau acusou alguma queda no primeiro semestre, quando a produção mundial revelou-se superior às estimativas. Divergências entre países produtores e consumidores, sobre preços e outros mecanismos de estabilização, impediram que fosse concluído o texto do novo Acordo Internacional sobre o produto. A fim de evitar a expiração do Acordo vigente, o Brasil realizou gestões diplomáticas junto aos consumidores e coordenou-se com os demais produtores num esforço que culminou com a prorrogação do instrumento por mais um ano.

Açúcar — O açúcar foi o produto que maiores dificuldades enfrentou no período. Sob o peso dos grandes estoques mundiais e da política protecionista e de subsídios aos produtores locais na CEE e Estados Unidos, as cotações do açúcar atingiram em 1985, em termos reais, os níveis mais baixos já registrados na história recente.

Trigo — Estados Unidos, Canadá e Argentina mantiveram sua posição de nossos tradicionais fornecedores de trigo. Renovou-se

por três anos o acordo de fornecimento do cereal com o Canadá e, em agosto, foi estabelecido com a Argentina um programa de fornecimento até meados de 1986.

Madeiras Tropicais — O ano testemunhou também a adesão do Brasil ao Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, o qual aportará valiosa contribuição para o desenvolvimento do vasto potencial florestal brasileiro.

Transportes e Comunicações

Transporte Aéreo — Foram realizadas em 1985 Reuniões de Consulta aeronáuticas com os seguintes países: Estados Unidos da América, Japão, Itália. Realizaram-se negociações aeronáuticas com o Canadá, para a conclusão de Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares. No plano multilateral, o Brasil ocupou a Presidência da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC) e participou, ativamente, dos trabalhos da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

Transporte Marítimo — Foi assinado, em 1985, o Acordo sobre Transporte Marítimo Brasil-Argentina e concluídas negociações com a França, Chile, URSS e EUA. Na área multilateral, destacou-se a reeleição do Brasil, para novo mandato bienal (1986-87), no Conselho da Organização Marítima Internacional (OMI). Durante a XIV Assembléia da OMI, o Brasil depositou o instrumento de adesão ao Protocolo de 1978, relativo à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

Transporte Terrestre — Em novembro, por ocasião do encontro presidencial Brasil-Argentina, foi inaugurada a Ponte Presidente Tancredo Neves, ligando as cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú.

Comunicações — Foi das mais intensas a presença brasileira nos trabalhos e nos programas da União Internacional de Telecomunicações (UIT), da União Postal Universal (UPU), da União Postal das Américas e da Espanha (UPAE), da Conferência Interamericana de Telecomunicações (CITEL) e da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT).

Energia e Recursos Minerais

Energia Nuclear — No plano bilateral, o Brasil assinou com a Argentina, em novembro, durante o encontro Presidencial, uma Declaração sobre política nuclear e recebeu, entre outras, a visita de missão do Instituto Beijing de Geologia do Urânio, da Repúbli-

ca Popular da China. Em âmbito multilateral, o Brasil participou dos principais eventos promovidos pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), dentre eles o Programa de Ajustes Regionais para o desenvolvimento Científico e Tecnológico da América Latina no Campo dos Usos Pacíficos de Energia Nuclear (ARCAL).

Fontes Novas e Renováveis de Energia (FNRE) — Realizou-se em Brasília, em janeiro, a III Reunião do Grupo Brasil/EUA para Cooperação Energética, ocasião em que foi assinado um acordo sobre gaseificação subterrânea, para beneficiar o desenvolvimento das reservas de carvão de Triunfo (RS). Em fevereiro, visitou o Brasil missão zambiana e firmou protocolo de intenções para realização do Balanço Energético/Modelo Energético Zambiano pelo Brasil.

Recursos Minerais — Visitaram o Brasil duas missões chinesas, o que resultou na assinatura de protocolo de intenções, com vistas ao intercâmbio de informações e técnicos nos campos da geologia e recursos minerais e à cooperação em terceiros países.

Petróleo/Gás Natural — O MRE prestou apoio à Petrobrás e à BRASPETRO por meio do envio regular de informações sobre a conjuntura internacional petrolífera, bem como sobre oportunidades comerciais e de cooperação com outros. Em julho, visitou o Brasil missão da República Popular da China, ocasião em que a BRASPETRO, em prosseguimento a entendimentos iniciados, em março, na China, concluiu um Acordo sobre Cooperação Técnica para Desenvolvimento de Petróleo Offshore. Em setembro, visitou a China o Presidente da Petrobrás, quando inaugurou o Escritório da Petrobrás/Interbrás em Pequim. Em novembro, o Brasil estabeleceu com a Argentina uma Subcomissão para estudar a viabilidade de fornecimento de gás argentino ao Brasil e as possibilidades de complementação nas áreas de prospecção petrolífera e no comércio bilateral de combustíveis líquidos e gasosos.

Informações Econômicas

Em 1985, teve início o processo de informatização do Sistema de Informações Econômicas (SIE), cujo fim é o de agilizar o processamento e a recuperação das informações econômicas remetidas pelos Postos no Exterior e utilizados pelos setores econômicos compreendidos na área de competência do Ministério das Relações Exteriores.

ALADI

Por ocasião da visita presidencial ao Uruguai, realizada em junho, decidiu-se ampliar o Protocolo de Expansão Comercial, com vistas à intensificação do comércio bilateral. Na sede da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em Montevidéu, foi exposta a política de solidariedade com a América Latina.

Em agosto, o Governo brasileiro enviou à Argentina missão que negociou a prorrogação do Acordo de Alcance Parcial nº 1 e novas compras de produtos argentinos, com o intuito de equilibrar o comércio bilateral.

Em novembro, por ocasião do encontro presidencial Brasil-Argentina, foi criada a Comissão de Alto Nível para a Integração.

Política Comercial

O ano de 1985 foi marcado, do ponto de vista da política comercial, pelo lançamento de dois processos de negociação: o Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), no âmbito das relações Sul-Sul, e a preparação de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais, no âmbito do GATT.

GATT — Os trabalhos no âmbito do GATT concentraram-se nos debates sobre a proposta de lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais. Embora não haja, ainda, soluções satisfatórias para os tradicionais problemas do comércio de bens, objeto do Programa de Trabalho de 1982, alguns países desenvolvidos propõem uma nova rodada que inclua a regulamentação do comércio de serviços, alta tecnologia e propriedade intelectual.

A posição brasileira, por um lado, visa a combater o protecionismo, por meio da proposta de concentração de esforços na implementação do Programa de Trabalho de 1982; por outro, procura evitar que a inclusão das chamadas "novas áreas", alheias à competência do GATT, coloque os países em desenvolvimento em situação desvantajosa, reduzindo-se a fornecedores de bens e importadores de serviços e alta tecnologia.

Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC) — Durante o primeiro semestre de 1985, prosseguiram em Genebra os trabalhos de exame e discussão, pelos países membros do Grupo dos 77, da estrutura básica do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC). Planejado para ampliar o comércio Sul-Sul, o SGPC tentará diminuir as barreiras tarifárias e não-tarifárias que inibem o comércio entre os países em desenvolvimento membros do Grupo dos 77.

Diálogo Norte-Sul — Durante o ano de 1985, as iniciativas ligadas ao diálogo Norte-Sul tiveram poucos desenvolvimentos substantivos. Persistiu a rigidez de posicionamento dos países desenvolvidos que buscam evitar a discussão mais efetiva do tema. A retomada das negociações Norte-Sul dependerá, sem dúvida, de uma maior flexibilização do posicionamento dos países desenvolvidos.

CEPAL, OEA e SELA — No âmbito regional cumpre destacar três reuniões econômicas — CEPAL (agosto), CIES (setembro) da OEA e SELA (dezembro) nas quais o Brasil teve participação ativa.

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) — Realizou-se, em 1985, a Primeira Conferência Geral da UNIDO, como agência especializada das Nações Unidas. Na ocasião foi apreciada pelos países membros a sua nova estrutura administrativa. O Brasil buscou atuar no sentido de criar condições para que, na nova organização, a América Latina e o Brasil possam ter maior influência na formulação da política da UNIDO.

EUA — Ao longo do ano de 1985 recrudesceram as pressões protecionistas nos EUA, tendo como ponto focal o Congresso norte-americano. Confirmou-se, pois, a tendência que surgira já em 84 à crescente imposição de barreiras não tarifárias à exportação de produtos primários e manufaturados brasileiros.

O executivo norte-americano resistiu, em algumas instâncias, a tais pressões protecionistas ao rejeitar a proposta de restrições às importações de calçados e ao vetar o projeto, aprovado pelo Congresso, que propunha medidas protecionistas contra as importações de têxteis, calçados e cobre.

Surgiram, entretanto, numerosas iniciativas protecionistas setoriais, a começar pela abertura de processos de direitos compensatórios e anti-dumping contra etanol proveniente do Brasil.

No decorrer de 85 realizou-se, ainda, uma reunião do Subgrupo consultivo de Comércio Brasil-EUA, instalado sob a égide do Memorandum de Entendimento bilateral de 1976, e destinado a consultas sobre tópicos pertinentes ao relacionamento econômico e comercial entre os dois países.

Informática — No início de 1985 os EUA solicitaram consulta com o Brasil, nos termos do artigo XXII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), sobre a política brasileira de informática, os decretos relevantes e a Lei de Informática, com vistas a determinar o impacto da Lei e da política sobre o GATT e seus efeitos comerciais potenciais.

As referidas consultas se realizaram no dia 13 de junho, oca-

são em que o lado norte-americano não conseguiu demonstrar que seus interesses comerciais específicos estavam sendo prejudicados pela legislação brasileira em questão. O lado brasileiro indicou que considerava a legislação brasileira plenamente compatível com nossas obrigações no GATT e que as correntes de comércio bilateral não estavam sendo afetadas.

No dia 7 de setembro de 1985, o Governo dos EUA, em decisão unilateral, anunciou a abertura de investigações, com base na lei norte-americana de Comércio e Tarifas, sobre a lei brasileira de informática e seus efeitos sobre as exportações dos EUA e a operação de firmas norte-americanas no Brasil.

Posteriormente, o Brasil informou as Partes Contratantes do GATT da ação norte-americana, reservando seus direitos nos termos do Acordo Geral.

CEE — A Comunidade Econômica Européia, atualmente nosso maior parceiro comercial, manteve, no curso de 1985, sua tradicional postura protecionista, manifestada tanto a nível bilateral quanto multilateral. A esse respeito, cabe ressaltar que o processo de adesão de Portugal e Espanha, concluído em 31/12/85 deverá concorrer para o incremento das restrições aplicadas às exportações brasileiras de alguns produtos agrícolas, têxteis e manufaturados.

Canadá — O relacionamento econômico Brasil-Canadá sofreu o impacto das restrições impostas pelo Canadá às exportações brasileiras de têxteis. Também foram alvo de medidas protecionistas canadenses alguns produtos siderúrgicos e calçados. O Governo brasileiro manteve conversações com as autoridades canadenses nas quais conseguiu obter, especialmente no setor de têxteis, as condições mais favoráveis possíveis para nosso exportador.

Japão — As novas medidas de abertura de comércio anunciadas pelo Japão não abriram, até agora, novas oportunidades para o Brasil. O Governo brasileiro tem efetuado gestões junto ao Governo japonês, para que as exportações brasileiras sejam beneficiadas.

Política Financeira

No plano financeiro, a questão do endividamento externo e suas graves repercussões sobre as economias do Brasil e dos demais países em desenvolvimento, em especial dos latino-americanos, continuou a merecer atenção prioritária. Foi a posição brasileira fixada com clareza no discurso presidencial pronunciado na sessão

de abertura da AGNU e reiterada com insistência tanto nos demais foros multilaterais como nas reuniões bilaterais de alto nível, mantidas ao longo do ano.

No âmbito bilateral, sobressaíram os esforços do Itamaraty no sentido de articular e formular, em colaboração com as autoridades monetário-financeiras, a posição do Brasil nas duas reuniões ministeriais do Consenso de Cartagena, realizadas a primeira em São Domingos, em 7 e 8 de fevereiro, e a segunda em Montevidéu, em 16 e 17 de dezembro. Releva assinalar, com relação à última, a aprovação da "Declaração de Montevidéu", documento que incorpora uma relação de propostas de caráter emergencial, apresentados pelos países da região, com o objetivo precípuo de negociações para alcançar condições favoráveis à retomada do crescimento.

No âmbito do Clube de Paris, tratou o Brasil de reestruturar seus critérios junto ao Governo de diversos países. Ainda na área da política financeira, foram assinados, em 1985, acordos para evitar a dupla tributação da renda e prevenir a evasão fiscal com o Canadá e a Coréia, tendo sido prorrogado o já existente com a Suécia e tido continuidade as negociações com a Índia, Malásia, Nigéria e Tchecoslováquia.

Cooperação técnica

O ano de 1985 assinalou expressiva participação do Itamaraty em atividades no campo da ciência e tecnologia. Tal participação tem-se mostrado cada vez mais importante ante a prioridade atribuída pelo Governo Federal ao desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse contexto, vem o Itamaraty se articulando com o Ministério da Ciência e Tecnologia e demais Ministérios e instituições vinculadas às atividades científicas e tecnológicas com vistas a dinamizar a cooperação internacional no setor.

2. No campo da cooperação bialteral, aprofundou-se o relacionamento com outros países no plano da ciência e da tecnologia, seja através da assinatura de atos internacionais que disciplinam o intercâmbio, seja com a implementação de novos programas conjuntos de pesquisas e desenvolvimento. Tais programas foram objeto de exame pelas Comissões Mistas e/ou Grupos de Trabalho de ciência e tecnologia que se reuniram em 1985, com os seguintes países: República Federal da Alemanha, (Brasília, 11 e 12 de setembro); Tchecoslováquia (Praga, 25 a 27 de setembro); Japão (Brasília, 30 de setembro a 3 de outubro); Iugoslávia (Belgrado, 30 de setembro a 2 de outubro); Hungria (Budapeste, 7 a 9 de outubro); Iraque (Bagdad, 28 a 30 de novembro); França (Paris, 9 a 11 de dezembro de 1985). Cabe destacar que a Comissão Mista Brasil-Japão realizou em 1985 sua primeira sessão, a cuja abertura

compareceram os Ministros das Relações Exteriores dos dois países. Ainda no plano bilateral, vale destacar a realização dos Encontros Brasileiro-Argentino de Biotecnologia, em Foz do Iguaçu, nos dias 18 e 19 de novembro de 1985. Na ocasião, foram identificadas amplas possibilidades de ações conjuntas dos dois países no campo da pesquisa e da cooperação empresarial na área de biotecnologia. A DCTEC participou igualmente da reunião da Comissão. Especial de Coordenação (CEC) com o Chile, realizada em Brasília, de 18 a 20 de dezembro.

3. Cabe registrar a Vinda de uma missão científica da República da Coréia, com representantes de diversas áreas, que visitaram instituições brasileiras, com vistas a avaliar possibilidades de cooperação em ciência e tecnologia entre o Brasil e aquele País. É digna de nota, igualmente, a visita de diversas missões científicas da República Popular da China que procuraram conhecer o estágio de avanço da ciência e tecnologia brasileiras em participar nas áreas de agricultura, silvicultura e espaço. Assinala-se, também, a visita ao Brasil do Diretor Adjunto da Índia (DSIR), Doutor Ashok Parthasarathi, em junho, quando manteve contatos com entidades científicas Brasileiras, como o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da TELEBRÁS e o Centro Tecnológico para Informática, em Campinas. Em Brasília, o Doutor Parthasarathi entrevistou-se com altas autoridades da área científica-tecnológica, dentre as quais, o Secretário-Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Itamaraty e o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A visita do Doutor Parthasarathi ao Brasil precedeu aquela do Senhor Ministro de Estado à Índia, entre 23 e 25 de julho, quando foi assinado a Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e aquele País.

4. No que tange à celebração de atos internacionais, além do Acordo assinado com a Índia é relevante assinalar a troca dos instrumentos de ratificação do Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e da Tecnologia com o Japão; a assinatura do Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial com a Bélgica (12 de março); a assinatura do Memorandum de Entendimentos sobre Cooperação Científica e Tecnológica com o Canadá (12 de março); e a celebração do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica com a Tchecoslováquia (2 de julho). Por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da República Popular da China, foram assinados o Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia e o Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências (1º de novem-

bro). Cabe realçar que, por ocasião do encontro do Senhor Presidente da República com o Presidente da República Argentina em Foz do Iguaçu, em novembro, foi assinado o Ajuste Complementar em Biotecnologia ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica existente com aquele país. Ainda ao ensejo do encontro presidencial, foi decidida a criação de uma Comissão Mista de Alto Nível para Integração Econômica Bilateral, no âmbito da qual foi criada uma Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

5. Cabe destacar ainda a V Reunião do GT sobre Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-França, que se realizou em Paris, de 9 a 11 de dezembro. Constatou-se, durante a reunião, o amplo escopo e a importância da cooperação bilateral em ciência e tecnologia, tanto em termos absolutos quanto comparativos. A esse respeito cabe registrar que, para a França, o Brasil é o primeiro parceiro do mundo em desenvolvimento, à parte os países francófonos da África, e que, para o Brasil, a França ocupa o terceiro lugar entre os países desenvolvidos que conosco cooperam após a RFA e o Japão.

6. A Cooperação abrange inúmeros projetos em vários setores, tanto no campo tradicional, como pesquisa agrícola, matemática, física etc., como também nos chamados projetos conjuntos de pesquisa, modalidade de cooperação que se afirma cada vez mais como instrumento fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Entre os setores considerados de ponta, em que a cooperação se desenvolve, basta mencionar a pesquisa aeroespacial (Convênio CNPq/CTA/FIAS), a microeletrônica, e a biotecnologia, em especial no setor de imunobiológicos, que se afigura extremamente promissor.

7. No tocante ao setor de informática, o Itamaraty participou ativamente dos trabalhos com vistas à elaboração do Plano Nacional de Informática e Automação (PLANIN). Também preparou e se fez representar na Reunião realizada em junho em Caracas para a criação de uma Rede Latino-Americana de Microeletrônica (REMLAC), patrocinada pela UNIDO; CEPAL e SELA, bem como na Conferência Geral da UNESCO (Sófia, 8 de outubro a 12 de novembro), quando se examinou o Programa Intergovernamental de Informática daquela organização.

8. No que se refere à UNESCO, cabe mencionar a realização em Brasília, de 20 a 26 de agosto de 1985, da II Conferência de Ministros Encarregados da Aplicação da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe — CASTALAC II, sob a égide daquela organização, durante a qual reuniram-se delegações de alto nível de 27 países da América Latina e Caribe, das

quais muitas chefiadas por Ministros de Estado.

9. Como resultado da CASTALAC II foi assinado pelos chefes de delegações dos países participantes, a "Declaração de Brasília sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento", que define parâmetros para a futura cooperação científica e tecnológica na região, conclamando os países do continente a valorizarem a ciência e a tecnologia como instrumentos fundamentais para a promoção do desenvolvimento econômico e social.

10. A CASTALAC II insta os países participantes à organização de GT multinacional para estudar as possibilidades de definição de um ou vários "Grandes Projetos Conjuntos em Ciência e Tecnologia" (GPC), preferencialmente nas áreas consideradas de ponta, como biotecnologia, informática, microeletrônica, novos materiais etc.

11. Deve ser observado, finalmente que a CASTALAC II centralizou seus esforços no estudo de opções científicas que, ao se articularem com processo produtivo, possibilitam melhoria das condições de vida das populações de baixa renda da região, sobretudo no meio rural, e sua integração no processo de desenvolvimento econômico dos respectivos países.

12. No que se refere à XXIII Conferência Geral da UNESCO, realizada em Sófia, Bulgária, de 8/10 a 12/11 de 1985, a Comissão de Ciência e Tecnologia (III) examinou os Grandes Programas Científicos da UNESCO, VI, XI e X: Grande Programa VI — "As ciências e sua aplicação no desenvolvimento" — A delegação brasileira procurou destacar a função que deveria ter o Programa Intergovernamental de Informática (PII) como instrumento de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento industrial, na área de Tecnologia da Informática, em países como o Brasil. A este respeito, vale destacar a eleição do Brasil para o Comitê de Coordenação do Programa Intergovernamental de Informática.

13. De forma geral, a participação do Brasil nos trabalhos da Comissão III foi considerada, tanto pelo Secretariado da UNESCO como pelos demais países participantes, como positiva e construtiva, tendo-se refletido na eleição do Brasil para o Programa Geral de Informação Científica-PGI, Conselho Intergovernamental do Programa Hidrológico Internacional, para o Conselho do MAB e para o Conselho do Programa Intergovernamental de Informática — PII.

14. Ainda no campo multilateral, cumpre fazer menção à participação do Itamaraty na VII Sessão do Conselho Intergovernamental de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento das Nações Unidas (Nova York, 28 de maio a 7 de junho), ocasião em que se passou em revista a implementação do Programa de Ação de

Viena sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se examinaram meios tendentes a incentivar os países industrializados a contribuir com recursos financeiros para o Sistema de Financiamento da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da ONU.

15. O Itamaraty teve ainda importante participação no acompanhamento das questões relativas à Ciência e Tecnologia no âmbito do SELA. Nesse contexto, inclui-se a preparação de instruções e a participação de funcionário da Divisão na Reunião para a criação da Rede Latino-Americana de Microeletrônica, bem como a elaboração de instruções à Delegação que participou da XI Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA (Caracas, dezembro de 1985). Nesta ocasião, diversos temas de Ciência e Tecnologia foram discutidos, mormente a criação de foro específico no âmbito do Sistema para tratar da estratégia de desenvolvimento da América Latina em Ciência e Tecnologia.

No decurso do ano de 1985 o programa de trabalho na área da cooperação técnica continuou a ser implementado, a despeito da escassez de recursos, escassez esta decorrente, no plano interno, dos problemas econômicos e financeiros conjunturais e, no plano internacional, da redução dos orçamentos dos organismos específicos, dos montantes consignados para aquela atividade.

Tendo em vista aquela tendência, insistiu-se nas negociações do IV Ciclo do PNUD, na manutenção de nível apropriado de recursos para a implementação de projetos para o IV Programa Nacional de Cooperação Técnica — PNCT.

Por outro lado, com vistas a contrarrestar a posição, no âmbito daqueles organismos, que desejaria qualificar o Brasil como doador líquido, procurou-se assegurar o apoio do Sistema das Nações Unidas para as Atividades de CTPD — Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, de conformidade com a essência e a letra do Plano de Ação de Buenos Aires (1978).

Buscou-se, assim, a otimização do emprego dos recursos disponíveis, através da utilização dos mecanismos existentes, a nível interno, da participação ativa nos foros internacionais, e da colaboração dos organismos internacionais, das instituições financeiras e agências especializadas das Nações Unidas, com vistas à execução de projetos integrados de cooperação técnica.

Nesse sentido, durante o mês de outubro de 1985 foi assinado com o PNUD, documento específico — Projeto BRA/80/002 — Revisão M graças à liberação de recursos financeiros para o Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica — DCT, os quais deverão permitir o lançamento de programa de

CTPD, de vital importância política para o país, que será o "Fundo de Cooperação Técnica Brasil/PNUD". Por intermédio desse embasamento inicial, que servirá como "seed money" para o Fundo, está o MRE redefinindo e redimensionando sua capacidade de prestação de cooperação técnica, com sentido ao mesmo tempo político e aplicado aos fins econômicos e comerciais que, em última instância, inspiram e direcionam o esforço brasileiro de cooperação técnica.

No âmbito da cooperação técnica Norte-Sul, ou seja, recebida, o Governo brasileiro vem procurando manter, como diretriz básica, o critério da efetiva parceria na implementação conjunta de projetos de natureza econômico-industrial e técnico-tecnológica, a partir da identificação de interesses comuns, contemplando, ainda, a participação, naqueles projetos, do setor produtivo, público e privado, detentor e usuário dos processos tecnológicos.

Assim, mantiveram-se e foram iniciados, na área da cooperação bilateral recebida, amplas programações no âmbito dos Programas Nacionais de Cooperação Técnica (PNCTs) com, especialmente, o Japão, a República Federal da Alemanha, o Canadá, a França, a Itália, a Espanha, verificando-se, inclusive, a reativação das atividades com a Grã-Bretanha, com vistas à real transferência de tecnologia, em setores do interesse nacional.

Cabe ressaltar que o interesse pela cooperação brasileira oferecida mantem-se em nível crescente, afirmando-se o Brasil como fonte alternativa e suplementar de tecnologia perante os países em desenvolvimento da América Latina e África. Esse fato, se decorre da posição brasileira, em consonância com o espírito do Plano de Ação de Buenos Aires (1978) sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, encontra, por outro lado, apoio no estágio de desenvolvimento atingido pelo Brasil, e na infra-estrutura institucional instalada nas áreas da pesquisa e tecnologia, na existência de programas de formação de recursos humanos em todos os níveis.

No campo de formação e treinamento, o Brasil recebeu cooperação nas áreas de administração pública, transportes, infra-estrutura e serviços públicos, telecomunicações, agricultura e engenharia florestal, pecuária e pesca, mineração, tecnologia industrial, energia, promoção comercial, treinamento de recursos humanos, medicina e bem-estar social dos seguintes países: Japão, Itália, Espanha, Egito, Coréia do Sul, Reino Unido, Alemanha Ocidental, Bélgica, Canadá, Holanda, Áustria. No âmbito multilateral, a OEA destacou-se na concessão de bolsas de estudo de pós-graduação a cidadãos brasileiros.

2. Por outro lado, o Brasil ofereceu cooperação em formação e treinamento nas áreas de administração pública, agro-indústria, telecomunicações, comércio exterior, mercado de capitais, planejamento energético, metrologia, administração municipal, desenvolvimento rural, formação de oficiais de marinha mercante, técnicos industriais e em comércio e serviços, com a participação de cerca de 200 técnicos de países latino-americanos e africanos.

3. Ademais, o Governo brasileiro, pelo Programa de Estudantes-convênio (PEC), ofereceu em 1985 cerca de mil vagas para alunos estrangeiros cursarem graduação no Brasil. Os maiores beneficiários desse programa são Bolívia, Paraguai, Panamá e Peru, na América Latina, e Angola, Nigéria, Guiné-Bissau e Cabo Verde, na África. Na área de Pós-graduação, o PEC-PG possui, atualmente, cerca de 60 bolsistas latino-americanos nas áreas de Engenharia, Medicina, Ciências Agrárias, Física, Matemática e Economia, dos quais 29 ingressaram em 1985 no Programa.

4. A atividade de formação no Brasil de recursos humanos de países em desenvolvimento se constitui num importante instrumento de política externa, afiançando, numa perspectiva de longo prazo, a projeção dos interesses políticos, econômicos e comerciais do Brasil no exterior.

SUBSECRETARIA GERAL
DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

I PESSOAL

Em 1985, foram realizados estudos relativos ao embasamento jurídico da movimentação dos funcionários não-diplomáticos, com vistas à racionalização da sistemática de remoções e melhor aproveitamento desses servidores. Como resultado, o Decreto 91.315, de 5.6.85, estabeleceu, entre outras normas, a exigência de aprovação em curso de treinamento para o serviço no exterior; prazos de permanência mínima na SERE, e máxima no exterior; vedação de remoção entre postos; e exclusão de remoções para postos que já tenham atingido a sua lotação máxima, a ser fixada por ato do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores.

2. No que diz respeito ao ordenamento do regime jurídico dos diplomatas, e enquanto se processavam estudos de ordem geral, foram estabelecidas duas normas legais de relevância para a Carreira: o Decreto nº 91.250, de 17 de maio de 1985, que transformou em anual a periodicidade da composição do Quadro de Acesso para a progressão funcional, e o Decreto nº 89.928, de 9 de julho de 1984, que alterou normas relativas ao instituto da agregação dos funcionários diplomáticos.

3. A necessidade de permanente atualização dos critérios de lotação no exterior de diplomatas levou, por outro lado, à aplicação de medidas tendentes a evitar a permanência indevidamente prolongada de servidores em um mesmo posto, bem como a existência de Embaixadas e Consulados com uma lotação inferior ao desejável, sobretudo em relação a postos localizados no Terceiro Mundo. Nesse sentido, foram postas em prática políticas que prevêem um zoneamento dos postos no exterior, de tal forma que prevaleça, entre os diplomatas, e a bem do serviço, alternância

geográfica nas remoções ao longo da Carreira. Procurou-se, outrossim, lotar mais adequadamente os Postos Peculiares, adotando-se, inclusive, a prática de explicitar o prazo de 24 meses de permanência nesses Postos nas próprias portarias de remoção de diplomatas das categorias de Conselheiro e Secretários.

4. No ano de 1985, foram também efetuados inúmeros levantamentos, projeções e coletas de dados de exercícios financeiros anteriores, com vistas à elaboração de estudos conducentes à adoção de medidas de contenção de despesas.

5. Paralelamente, e consideradas as restrições orçamentárias impostas às dotações do MRE, procurou-se, durante o exercício de 1985, adaptar a lotação de funcionários não-diplomáticos à nova realidade do país, permitindo-se, através de remoções para a SERE sem a contrapartida de designações de substitutos, um equilíbrio entre os gastos e as necessidades de serviço. A título exemplificativo, caberia mencionar que de 15 de março a 11 de novembro foram removidos da SERE para o exterior apenas dois funcionários, enquanto que, em sentido inverso, retornaram à SERE 47 servidores.

6. Em 1985, organizou-se o "III Estágio Profissionalizante de Diplomatas do Instituto Rio-Branco" e coordenou-se o recrutamento e seleção de servidores integrantes de três turmas do "Programa de Reforço Operacional dos Postos de Fronteira".

7. No âmbito do aperfeiçoamento e treinamento profissionais, regulamentou-se o curso exigido pelo Decreto nº 91.315, de 5 de junho de 1985, para os servidores não-diplomáticos removidos para o exterior pela primeira vez. Concluídas as providências necessárias à sua execução, as inscrições para o mencionado curso ("Primeiro Curso de Treinamento para Serviço no Exterior" — I CTSE) foram abertas ainda em dezembro.

8. No campo do treinamento profissional, procurou-se aperfeiçoar a organização dos cursos de inglês e francês para os funcionários não-diplomáticos, aos quais foi também oferecido curso intensivo de datilografia.

9. Em março e dezembro de 1985, movimentaram-se para o MRE, através de processo seletivo, 44 funcionários, e efetivou-se a progressão de 2.133 servidores e a reposição de 1.779, com base na Exposição de Motivos do DASP nº 17, de 13 de março de 1985.

10. Em decorrência do Decreto-lei nº 2.280, de 12 de dezembro de 1985, foram iniciados, no final do ano, os trâmites e providências necessárias à inclusão de 220 servidores das Tabelas Especiais do MRE no "Plano de Classificação de Cargos", e à reclassificação nas categorias funcionais de "Arquivistas" e "Técni-

co de Arquivo", nos termos da Lei nº 7.446, de 20 de dezembro de 1985, dos servidores interessados, lotados na SERE ou no exterior.

11. Em relação ao Serviço de Assistência Médica e Social (SAMS), foram assinados convênios de assistência médica-hospitalar para fins de urgência ou emergência na área médica, ambulatorial, cirúrgico-hospitalar, de análises de patologia clínica e de radiologia. O objetivo desses convênios foi de complementar os serviços já prestados pelo SAMS.

12. Caberia registrar, finalmente, que, além da execução das medidas já relacionadas, referentes à política de pessoal e pagamentos, o Departamento do Pessoal deu prosseguimento às tarefas regulares de sua competência e, sobretudo, envidou esforços para a regulamentação e sistematização das mudanças decorrentes da criação da nova estrutura do MRE.

II. PROCESSAMENTO DE DADOS

O ano de 1985 marcou uma importante etapa no desenvolvimento das atividades de informática do Itamaraty. Nesse ano deu-se início à execução da reforma estrutural de novembro de 1984, que instituiu o Departamento de Processamento de Dados, no âmbito da Subsecretaria Geral de Administração e de Comunicações, com a incumbência de planejar as atividades de informática do Ministério das Relações Exteriores, prestar apoio aos setores que já exercem atividades nesse domínio e executar serviços de processamento de dados.

O Departamento iniciou os trabalhos para a elaboração do primeiro Plano Diretor de Informática do Itamaraty, realizando um inventário do equipamento de processamento de dados em uso na Secretaria de Estado e na rede de postos no exterior, estabelecendo as diretrizes de base para aquele plano e promovendo amplo diálogo com as unidades do Ministério para identificar as suas necessidades no campo da informática.

Em conseqüência, foram definidos os sistemas de maior importância para as áreas de pessoal e financeira, alguns dos quais, dada a sua alta prioridade, já se encontram em desenvolvimento ou em execução. Vale destacar, no campo do pessoal, a informatização dos dados para a elaboração de um Plano de Lotação de Postos e, no campo financeiro, a estruturação, já adiantada, de um sistema unificado que atenderá às necessidades dos órgãos programadores, controladores e gestores de despesas.

Paralelamente ao planejamento de mais longo âmbito, foi estabelecido e plenamente cumprido um programa de trabalho para o ano de 1985, que envolveu, entre outras atividades, a definição

de um perfil técnico e o estabelecimento de normas contratuais que garantam o crescimento ordenado do parque de microcomputadores do Ministério das Relações Exteriores e a compatibilidade entre esses equipamentos, com vistas à sua integração em rede e à utilização de "software" padronizado, e a elaboração do primeiro módulo da "matriz consular", sistema que permitirá automatizar as principais rotinas das Repartições consulares no exterior.

Para atender à demanda corrente das unidades do Ministério, foram realizados estudos de organização e métodos, preparados anteprojetos de sistemas de informática e desenvolvimento ou mantidos cerca de 40 desses sistemas.

Foram realizados estudos e adotados medidas práticas para ampliação da capacidade de processamento de dados da Secretaria de Estado e para a melhor utilização do equipamento existente.

Deu-se prosseguimento ao treinamento da equipe técnica do Ministério, através da promoção de cursos especializados e da participação em congressos e seminários.

III. COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

O Departamento de Comunicações e Documentação dedicou, em 1985, grande atenção à coordenação das atividades ligadas ao processamento de dados, uma vez que as atividades básicas de duas de suas Divisões estão intimamente ligadas à computação. Grande ênfase foi assim dada desenvolvimento das atividades da Divisão do Arquivo que, ao final do ano de 1985, se encontra já em adiantado estágio de utilização da informática. O mesmo se registra em relação à Divisão de Comunicações, que desenvolveu sistemas próprios de operação.

São especialmente dignas de registro, no âmbito das atividades do Departamento como um todo: o desenvolvimento e a instalação do sistema de recuperação eletrônica das séries telegráficas (SET) e a disseminação de terminais de computadores ao Gabinete, Secretaria Geral, Subsecretarias Gerais e Departamentos; a instituição e funcionamento das cartas-telegrama; a ampliação do aproveitamento dos centros distribuidores de malas diplomáticas; o início de estudos com vistas à operação racional e interessada da videoteca, em 1986.

Em 1985, a Divisão do Arquivo teve como objetivo central a computarização de suas tarefas, para servir melhor, com maior rapidez e eficiência, às necessidades de recuperação e exame de documentos pelo Ministério.

Implantou-se um banco de dados das séries telegráficas com os postos (Sistema SET), de alimentação instantânea, acessível aos terminais instalados na Secretaria de Estado, mas controlado por

sistema de sigilo próprio. Foram adicionalmente instalados 20 terminais de computador, permitindo a todas as Subsecretarias Gerais e Departamento acesso ao sistema.

O sistema RED, também um banco de dados de recuperação de telegramas foi ajustado a uma metodologia analítica, capaz de produzir estatísticas úteis para gerenciamento dos focos de atenção e de interesse da produção de informações.

O bom resultado, obtido nesse caminho, conduziu à reorganização dos sistemas de funcionamento de toda Divisão de Arquivo, a partir da substituição do método de Classificação de Expedientes. O método anterior, de classes decimais, foi trocado pelo método computarizado e analítico do sistema RED, composto de códigos de assuntos e descritores, uma vez apropriados ao universo da atividade diplomática e ajustados ao novo organograma do MRE.

Nessa transformação, foram ajustados os dois métodos de classificação, item por item, e ajustada também a organização dos maços nos arquivos, com os cuidados necessários. Os maços pessoais receberam atenção especial, inclusive recondicionamento e concentração em sala própria, ficando sujeitos a controle mais restrito.

A fim de familiarizar os funcionários do Ministério com o potencial, as técnicas e os mecanismos da informática, foi realizado o primeiro curso de informática para usuários, iniciativa que despertou interesse e deverá ser repetida.

Deu-se impulso à microfilmagem da documentação de consultas, pelo emprego ótimo dos equipamentos, com funcionamento ininterrupto das 7:30 às 23:00 horas. Foram microfilmadas as séries telegráficas ostensivas, confidenciais e secretas de 1971 a 1985, num total de 1.040.000 fotos. Isso permitiu a eliminação de algumas toneladas de papel.

Um esforço extra exigiu a organização dos expedientes da classe consular, pela multiplicidade de documentos e cópias, fruto de um sistema de controle que executava uma política restritiva. Mudou a política, mas ficou o sistema; resultou desse contraste volume de 5 anos de formulários, em várias cópias, tudo não muito necessário, nem consultado, enchendo armários e salas.

Foi criado um serviço específico de pesquisas de documentação diplomática, para organizar séries histórias das relações com cada país, a fim de melhor assessorar as Divisões interessadas.

Igual procedimento implantou-se para recuperação e controle de Atas Finais de reuniões com autoridades de outros países.

A correspondência interna do MRE em 1985, processada pela

Divisão de Arquivo abrangeu 80.463 despachos-telegráficos, 89.522 telegramas dos postos, 3.422 despachos-verbais, 37.512 ofícios dos postos e 15.944 memorandos, na Secretaria de Estado.

O índice médio de consultas diárias ficou em 40 para maços e em 60 para telegramas.

Em 1985 o aspecto mais importante a assinalar na área de telecomunicações foi a recriação do expediente denominado "carta-telegrama".

Tal decisão foi motivada principalmente pelo fato de que o vultoso corte das verbas do Itamaraty compeliu os postos no exterior a reduzir substancialmente seus gastos, o que, por sua vez, poderia resultar no estrangulamento do fluxo de informações dirigido para a Secretaria de Estado.

A carta-telegrama obvia, em certo sentido, àquele problema, por constituir um tipo de expediente que alia a maior facilidade de preparação e a maior disseminação na Secretaria de Estado, próprias da correspondência telegráfica, ao baixo custo da correspondência postal.

Inicialmente implantada, a título experimental, para os postos da América do Sul, a utilização de carta-telegrama foi paulatinamente extendida a todos os demais postos da rede do Itamaraty, com promissores resultados em termos de economia de custos.

No decorrer de 1985 foram processados pela Divisão de Comunicações cerca de 355.000 mensagens assim distribuidas:

— telegramas oficiais expedidos:	81.000
— telegramas oficiais recebidos:	89.000
— telegramas particulares expedidos:	15.000
— telegramas particulares recebidos:	17.000
— circulares telegráficas expedidas:	35.000
— cartas-telegramas recebidas:	1.500
— telegramas diversos expedidos:	17.000
— telegramas diversos recebidos:	19.000
— retransmissões de/para adidos:	36.000
— boletins noticiosos expedidos:	34.000

Observa-se, assim, relativa estabilidade no fluxo de comunicações telegráficas do Ministério, de vez que o número total é superior em apenas 2% ao volume de telegramas verificado em 1984.

No que respeita ao registro de expedientes, foram protocolados e processados na Carteira de Entrada 24.339 expedientes, assim distribuídos: 15.430 notas, 5,321 ofícios, 1.554 cartas, 1.506 requerimentos, 528 avisos.

No mesmo período, o Setor de Distribuição e Circulação processou e fez circular 43.433 ofícios, 67.150 diversos, 367 circula-

res e 105 boletins perfazendo o total de 111.055 expedientes. A Reprografia, por sua vez, tirou 210.522 cópias de documentos, relatórios e textos diversos.

A implantação de novo fluxograma (vide anexo 1) desde o recebimento da mala diplomática até o encaminhamento dos expedientes à unidade destinatária permitiu a diminuição do lapso de tempo anteriormente de 8 a 18 dias para 2 a 3 dias. A SRDC já não remete os expedientes à SPI para conferência da distribuição, mas processa-os na forma como são remetidos pelos postos, similarmente ao que ocorre com os telegramas recebidos. Por outro lado, o controle da distribuição dos expedientes pelos mini-centros permitiu, igualmente, agilizar sobremaneira o seu recebimento pelas unidades na SERE.

A Seção de Datilografia processou e datilografou 16.390 expedientes entre despachos, cartas, notas, ofícios e avisos. A alta produtividade da Seção, que conta apenas 10 datilógrafos e 3 conferentes, deve-se, em grande parte, à mais rigorosa seleção de seus funcionários, bem como à utilização intensiva de máquina processadora de textos EDIT/MD. A parte do segundo semestre de 1985, a SDAT, em coordenação com a Divisão de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos, vem oferecendo cursos de treinamento para funcionários movimentados de outros ministérios e outros indicados pela referida Divisão.

A Carteira de Saída registrou, numerou e deu saída a 20.362 expedientes, assim discriminados: 3.041 despachos, 4.216 notas, 6.339 ofícios, 1.940 notas circulares, 1.803 cartas e 1.023 outros.

A Expedição propriamente dita processou e expediu 87.293 itens assim distribuídos: 41.572 cartas, ofícios e pacotes entregues em mãos; cartas, ofícios e pacotes remetidos via ECT para o Brasil: 40.456; encomendas internacionais: 5.132; volumes para o ERE-RIO via Correio Aéreo Nacional: 133. As despesas com a ECT montaram a Cr$ 88.650.594. Foram igualmente, processados e entregues 5.860 sobrecartas e pacotes recebidos dos postos no exterior destinados a funcionários lotados na SERE.

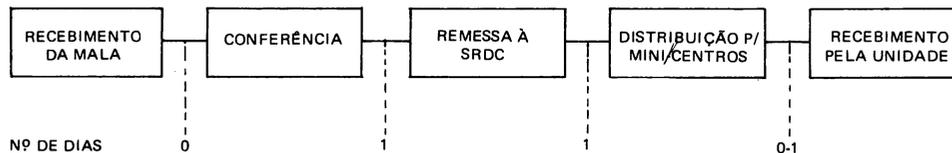
A Seção de Malas e Correios Diplomáticos expediu 11.008 malas equivalentes a 105.547 quilos assim distribuídos:

Anexo: 1

FLUXOGRAMA DE EXPEDIENTES NO SENTIDO POSTO-SERE

ATUAL

TOTAL – 8 a 18 DIAS

PROPOSTO

TOTAL – 2 a 3 DIAS

Região	nº de malas	peso (Kg)
Europa Ocidental	2.590	27.332
América do Sul	2.347	26.076
América do Norte	1.778	15.010
África	1.073	11.215
Oriente Médio	936	6.939
Ásia	745	6.870
América Central	818	6.284
Europa Oriental	622	4.804
Oceania	99	1.017
TOTAL	11.008	105.547

Considerando que o peso das malas diplomáticas, a partir de 1971, vinha crescendo de 10 a 20% ao ano, o resultado obtido em 1985 foi bastante satisfatório, pois representou uma diminuição de 14,24% em relação ao índice de 1984 e de 15,24% comparado com o de 1983. Efetivamente, o peso obtido em 1985 é o mais baixo dos últimos três anos. (vide anexo 2). Em 1985, mercê do entendimento entre a Divisão de Circulação e Expediente e as unidades que expedem por mala diplomática material volumoso, o peso da correspondência oficial baixou de 66.635 Kg (1984) para 48.764 Kg (1985), ou seja, 26.82%.

Cerca de 10.000 comunicações telegráficas foram processados pela seção de Malas e Correios Diplomáticos.

A implantação do sistema de turmas nessa seção permitiu a agilização do processamento da correspondência recebida, que atualmente é conferida e remetida à Seção de Registro e Distribuição e Circulação, no mesmo dia de chegada da mala. (vide anexo 1). Por outro lado, a correspondência postal expedida é processada à noite e remetida na manhã do dia seguinte, o que diminui o lapso de tempo entre a entrega dos expedientes pelas unidades na SERE e o recebimento pelos postos.

As atividades desenvolvidas em 1985 pelo Centro de Documentação, unidade administrativa surgida da função das antigas

Divisão de Documentação Diplomática (DDD) e Divisão de Divulgação e Documentaçaõ (DDO), foram as seguintes:

1) **Resenha de Política Exterior**; foram impressas e distribuídas as Resenhas de nºs 39, 40, 41, 42 e 43, referentes, respectivamente, ao último trimestre de 1983 e aos quatro trimestres de 1984.

Entraram em processo de impressão as **Resenhas** referentes aos meses de janeiro, fevereiro e de 1º de março até 15 de março de 1985 (nº 44), a de 15 de março até 31 de março, abril, maio e junho (nº 45), e uma edição suplementar, relativa ao 40º aniversário de fundação da Organização das Nações Unidas.

2) GRÁFICA (AGV): entre circulares postais, boletins de serviço, formulários impressos, boletins diários, referências de periódicos e outros trabalhos (encadernações, confecção de cartões, etc) foram executados 1.193 serviços gráficos.

3) VIDEOTECA: executou serviços de gravação e edição de

RELAÇÃO DE PESO BRUTO ANUAL EM KG

Anexo: 2

ANO	**PESO**
1971	45.600 KG
1972	54.960 KG
1973	55.680 KG
1974	62.362 KG
1975	63.730 KG
1976	74.524 KG
1977	79.203 KG
1978	83.881 KG
1979	88.560 KG
1980	95.259 KG
1981	93.990
1982	108.109 KG
1983	124.511 KG
1984	123.071 KG
1985	105.547 KG

** Estimado com base na média do crescimento verificado no período de 1971 a 1982.

fitas VHS em apoio ao programa de formação de videotecas básicas dos Centros de Estudos Brasileiros. Participou das atividades didáticas do CPCD/IRBR e da Divisão de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (DRH) do DP, gravando e editando aulas e cursos de aperfeiçoamento de pessoal.

4) AHRJ, BRH e Mapoteca Histórica: foi providenciada a reencadernação de 250 volumes de documentos pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico e a restauração de 350 volumes do acervo da Biblioteca Histórica.

5) Biblioteca e Mapoteca Contemporâneas: no ano de 1985 foram inscritos 155 novos leitores na Biblioteca, elevando o número total de leitores para 2.654. No setor de aquisições foram pesquisados 1.462 títulos e encomendadas e registradas 1.333 obras. Os demais setores quais sejam, o de Processamento Técnico, que compreende catalogação e classificação de obras, e de Periódicos, que em 1985, registrou 1.028 títulos nacionais e estrangeiros, o de Referência Geral e o de Referência Legislativa, expandiram suas atividades na medida em que o número de consultas e pesquisas foi de 7.319 e 10.590, respectivamente, num total 50% superior ao do ano precedente.

IV. PATRIMÔNIO

A Divisão do Patrimônio procurou com ênfase, no decorrer de 1985, a modernização dos métodos de trabalho, com o objetivo de tornar a administração de bens mais ágil e menos dispendiosa, viabilizando, assim, a eficiência das práticas substantivas propriamente ditas, sobretudo no momento em que os recursos colocados à disposição do Ministério se verificam escassos. Nesse sentido, foi dado prosseguimento ao Programa de Modernização Administrativa (PMA), de forma a, através da maior eficiência na administração dos recursos orçamentários geridos pela DPA, proporcionar um melhor atendimento das necessidades da Secretaria de Estado e das Missões diplomáticas e Repartições no exterior.

Dentre as atribuições de manutenção dos Próprios Nacionais no exterior, foram especialmente relevantes as atividades levadas a cabo na Delegação junto à OEA e nas Embaixadas em Bruxelas, Roma, Madri e na Haia.

Dentro do "Programa Sistemático de Aquisição e Construção de Imóveis no Exterior", em áreas prioritárias para a execução da política exterior do país, foram concluídas as obras de construção

das Embaixadas em Georgetown, Bissau e Camberra, encontrando-se em fase adiantada de conclusão as novas instalações das Embaixadas em Cabo Verde, Lagos e Riade. Registra-se ainda a aquisição de terreno contíguo à sede do Consulado Geral em Porto Presidente Stroessener e a realização de licitação para a adjudicação da obra de construção da nova Chancelaria da Embaixada em Nova Delhi.

Assinala-se, ainda, o pleno desenvolvimento do Sistema de Controle Patrimonial do MRE (COMPAT), através do qual se procedeu à realimentação dos bens de natureza comum existentes na Secretaria de Estado, no ERERIO e nos órgãos pertencentes a Primeira e à Segunda Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, especialmente nas subsedes de Livramento, Corumbá e Ponta Porã, elaborando-se já por meios eletrônicos, o inventário histórico de cada uma daquelas Repartições, com a inclusão de novos bens adquiridos e a atualização de informes referentes à localização física, valor, descrição do estado de conservação, etc. No exterior, o COMPAT teve aplicação nas Embaixadas em Montevidéu, Buenos Aires, Assunção e Santiago. Da mesma forma, o Sistema de Controle Eletrônico de Bens Culturais do MRE (CONBEC) encontrou pleno desenvolvimento em sua fase inicial de implantação, com o objetivo de permitir a identificação e controle de todo o acervo de obras de arte sob a guarda do Ministério, no Brasil e no exterior.

A Divisão do Material, no decorrer de 1985, realizou 203 licitações destinadas a suprir os diversos setores da Secretaria de Estado de material de expediente, mobiliário, máquinas e equipamentos diversos, bem como para prestação de serviços relativos a remanejamentos e consertos de suas instalações, lavagem de roupa, restaurantes e fornecimento de jornais e revistas, inclusive para o exterior. Celebrou, ainda, 19 contratos, tendo sido extraídas 960 Notas Orçamentárias à conta das várias dotações em cruzeiros geridas pela Divisão do Material, para a cobertura de despesas previstas em 146 cartas-convites, 56 tomadas de preços e 1 concorrência pública.

A DM, através do Serviço de Compras, ampliou o "Cadastro Geral de Fornecedores do MRE", com a inclusão de 42 firmas, o que diversifica a possibilidade de escolha, otimizando, assim, a relação custos-eficiência.

Finalmente, no tocante às atividades voltadas para o exterior,

a DM deu prosseguimento ao programa de prover os Postos com material padronizado de expediente, de fabricação nacional, constante de carimbos, selos-secos, papéis e envelopes impressos, livros de registros e bandeiras, em cumprimento às disposições do Decreto nº 76.406, de 09/10/75, executado a partir de 1977.

A Divisão de Atividades Auxiliares desempenhou as tarefas que lhe foram atribuídas pela Portaria nº 554, de 12 de novembro de 1984, por meio das 5 (cinco) Seções básicas, sob sua competência:

1) Seção de Serviços de Apoio e Conservação: teve a seu cargo a administração física do Palácio e do Anexo I (em algumas oportunidades, também do Anexo II), cuidando de sua limpeza e conservação (através de oficinas de carpintaria, serralheria, hidráulica, elétrica, da alfaiataria e outros) e dos serviços de telefonia.

2) Seção de Transportes: manteve atualizados os cadastros dos veículos e sua documentação legal, e controlou a circulação dos veículos de representação e de serviços, bem como o consumo de combustível. A oficina mecânica cuidou da manutenção dos veículos e, quando necessário, os encaminhou aos serviços das concessionárias. No final do ano, em cumprimento às determinações da legislação mais recente foram selecionados os veículos da frota de representação a serem mantidos em serviços (20) e os que serão alienados.

3) Seção de Vigilância: procurou cumprir a contento suas tarefas de vigilância do edifício.

4) Seção de Atividades Especiais: em coordenação com a Divisão Especial de Acompanhamento e Controle Administrativo das Unidades no Exterior (DeEx) tomou as providências necessárias para a indicação de Agentes da Polícia Federal para serviços em algumas Embaixadas.

5) Seção de Moradias Funcionais: desempenhou as atividades relativas à distribuição de moradias funcionais, em contato com a Superintendência de Construção e Administração Imobiliária (SUCAD), do Ministério da Administração. Em coordenação com as Oficinas do Ministério, realizou pequenos trabalhos de conservação naquelas moradias.

V. ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Tendo em vista a severa contenção orçamentária determinada pelo Governo, a DeFI executou, em 1985, uma política de rigoro-

so exame das solicitações de suplementação das programações orçamentárias dos postos no exterior. Com isso, buscou-se ajustar os recursos disponíveis nas dotações Manutenção de Chancelaria e Administração das Sedes às despesas mínimas operacionais dos postos.

Dentro dessa política de contenção de gastos, a DeFI executou, na área financeira, as medidas necessárias ao fechamento dos Consulados em Istambul, Nápoles, Gdynia e Rosário, bem como dos Vice-Consulados em Monterrey e em Cobe.

Em 1985, deu-se início ao levantamento amplo das rotinas de trabalho da DeFI, com vistas a modernizá-las, mediante a utilização de processamento eletrônico de dados.

VI. ACOMPANHAMENTO E CONTROLE ADMINISTRATIVO DAS UNIDADES NO EXTERIOR

Apesar de criada em dezembro de 1985 e ainda em fase de estruturação, a DeEX, a partir de março do corrente ano adotou as seguintes medidas administrativas:

— Estudo e providências para segurança das Embaixadas em Amã, Pretória, Quito, Port of Spain, Buenos Aires e dos Consulados Gerais em Vancouver e Zurique.

— Avaliação dos danos causados aos prédios da residência, Chancelaria e CEB em Santiago e outras medidas de ordem administrativa, em conseqüência do terremoto que abalou a cidade em março último.

— Estudo para a criação de posto de saúde em Dacar com jurisdição sobre todos os postos da África negra.

No tocante ao patrimônio, propôs a compra do terreno contíguo ao Consulado Geral em Puerto Presidente Stroessner, visando à segurança daquela Repartição Consular e de sua própria ampliação.

— Ao proceder a inspeção do Vice-Consulado em Saltos de Guayra, sugeriu medidas de ordem administrativas no sentido de adequá-lo ao melhor atendimento do significativo número de colonos brasileiros — cerca de 300 mil que vivem na Província de Canindeyu, no Paraguai.

— Juntamente com as demais unidades na Secretaria de Estado, coordenou a transferência da Embaixada do Brasil em Jeddah para Riade, que será efetivada em fevereiro próximo.

— Em decorrência das severíssimas restrições orçamentárias com que se defronta a Administração Pública, e em função da reestruturação da rede consular, coordenou igualmente a extinção dos Consulados em Rosário (Argentina); Nápoles (Itália); Istambul (Turquia); Gdynia (Polônia); e do Vice-Consulado em Monterrey (México).

ERERIO

Arquivo Histórico

Atividades de planejamento, coordenação, supervisão e orientação.

- Foi dada continuidade ao plano de trabalho anteriormente elaborado.
- Supervisão constante da orientação especializada, quanto ao potencial informativo do acervo, oferecida aos pesquisadores nacionais e estrangeiros, e coordenação do trabalho relativo a normas e procedimentos de atendimento aos mesmos e de fornecimento de cópias xerográficas e microfilmes.
- Orientação quanto à escolha dos instrumentos de trabalho — catálogos e livros de referência — para maior presteza na recuperação da informação.
- Orientação e supervisão sistemática do tratamento arquivístico de unidades do acervo obedecendo-se sempre aos princípios básicos de "respeito aos fundos" e "proveniência" e ao plano de classificação do Arquivo Histórico. (Anexo 1)
- Coordenação de todas as atividades técnicas de elaboração dos catálogos.
- Acompanhamento dos procedimentos de higienização e desinfestação junto à firma acreditada para sua execução.

Atividades técnicas.

- Deu-se continuidade ao tratamento arquivístico das seguintes unidades do acervo documental:

Parte II — Documentação Interna

Foram trabalhadas as seguintes seções e subseções:

- Exposições de Motivos (1865-1926) – 3 maços
- Correspondência do Oficial Maior (1824-1870) – 5 maços
- Correspondência do Diretor Geral (1871-1899) – 1 maço
- Certidões (1895-1930) – 2 maços
- Certificados (1870-1939) – 2 maços
- Públicas Formas (1903-1929) – 1 maço
- Procurações (1880-1929) – 1 maço
- Visitas de Personalidades Ilustres (1900-1930) – 7 maços
- Sinopses de Vários Assuntos (1827-1911) – 15 maços
- Material (1828-1939) – 19 volumes
- Contabilidade (1843-1927) – 225 volumes

Este trabalho, realizado pelos contratados pelo Convênio DCD/FUNAG, foi no corrente ano interrompido nos meses abril a outubro.

Parte V – Arquivos das Representações Consulares Brasileiras

- Foram trabalhados 22 fundos correspondentes aos seguintes consulados: Grenoble, Iocoama, Luca, Malmo, Malta, Manila, Medelin, Melo, Mercedes, Messina, Munique, Montecaseros, Montevidéu, Múrcia, Namur, Nazareth, Newport, Nice, Norfolk, Norkoping, Nova Orleans e Nova York perfazendo o total de 261 maços e 744 volumes.
- Foi feita a revisão, reposicionamento e etiquetagem dos seguintes fundos: Alexandria, Algeciras, Alicante, Almeria, Alvear, Amsterdam, Ancona e Angra do Heroismo perfazendo o total de 286 maços e 145 volumes.

– Quanto às atividades concernentes à conservação dos papéis, foram reencadernados 750 volumes, feito o arranjo físico (substituição de capas e invólucros) de 102 maços, refeitas e substituídas as fichas índices de 1.591 latas e mantidas as rotinas de preservação, higienização e desinfecção. Quanto à desinfecção foi feita a fumigação do Arquivo da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro Boliviana, recolhido de Brasília em péssimo estado de conservação.

Atividades culturais.

– Atendimento a pesquisadores, grupos de alunos e visitantes interessados em conhecer o Arquivo Histórico.
– Colaboração com a Universidade Federal Fluminense.
Curso de Graduação em Arquivologia.
  - Supervisão e acompanhamento do estágio curricular do

aluno José Felisberto Santos Filho que cumpriu carga horária de 180 horas.

— Colaboração e participação nos seguintes eventos:
Colaboração:
- — Secretaria de Estado das Relações Exteriores.
  - Exposição comemorativa do 40º aniversário das Nações Unidas.
- — Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty.
  - Exposição "Noventa anos do Tratado de Amizade Brasil-Japão".
- — Ministério da Marinha — Serviço de Documentação Geral da Marinha.
  - Exposição "Revolta da Armada".
- — Ministério da Justiça — Arquivo Nacional.
  - Entrega dos originais das Atas do Conselho de Ministros do Governo Provisório da República extraviadas havia muitos anos e localizadas há cerca de 8 anos, no Arquivo Histórico.

Participação:
- — Associação dos Arquivistas Brasileiros.
  - Seminário "Patrimônio Documental: Arquivos, Bibliotecas e Museus".
- — Arquivo Nacional
  - Visita às novas instalações.
  - II Seminário Nacional de Arquivos Estaduais.
- — Arquivo do Exército.
  - Visita às novas instalações, conhecimento do acervo e das rotinas de trabalho.
  - Seção evocativa e de homenagem a vida e obra do Marechal José Cavalcanti de Albuquerque no transcurso do centenário de seu nascimento. Orador: Ten. Cel. Hiran de Freitas Camara.
- — Biblioteca Nacional.
  - Curso de Conservação de Documentos:
- — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
  - Sessão em que falou o sócio Marcos Almir Madeira sobre: "Pedro Calmon: A Criatura e suas Criações".
  - Sessão em que falou o sócio Cláudio Moreira Bento sobre: Revolução Farroupilha — Ação pacificadora do Duque de Caxias.
  - Sessão Magna comemorativa do 147º aniversário do Instituto. Orador: Prof. Haroldo Teixeira Valladão.

- Posse do historiador Gabriel Bittencourt e sessão comemorativa do centenário do falecimento do Barão de Vila Franca.

– Museu Histórico e Diplomático.

- Exposição dos trabalhos realizados no Laboratório de Conservação e Restauração com destaque para uma coleção de telas da Embaixada em Washington.
- Solenidade de lançamento dos Selos da "Série Museus".

Atividades de representação.

– Arquivo Nacional.
- Solenidade de inauguração da nova sede à Rua Azeredo Coutinho, 77.

– Arquivo do Exército.
- Cerimônia de posse do novo Diretor, Cel. Eng. QEMA, Cláudio Moreira Bento.

– Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Exéquias e Missa de 7º dia do Prof. Pedro Calmon.

Atividades de rotina.

– Trabalhos datilográficos.
- Atendimento à Chefia: memorandos, cartas, relatórios, etc.
- Catálogo da Parte II – 20 folhas
- Catálogo da Parte V – 42 folhas

– Cópias xerográficas – 35.535 (aproximadamente)

– Microfilmes: Fotogramas – 2.744
Reproduções – 174
Ver: Relatório do encarregado (anexo 2)

– Outras atividades.
Ver: Quadro estatístico elaborado pela bibliotecária Terezinha Lindgren Carneiro (anexo 3)

– Recursos humanos.
- Bibliotecárias:
  – Gessy Pereira Zarife – à disposição da 2ª Comissão de Limites desde o mês de abril.
  – Maria Luiza Migliora dos Santos – Em licença especial nos meses de janeiro, fevereiro e março.
  – Nadyr Duarte Ferreira – Chefe
  – Terezinha Lindgren Carneiro – Subchefe

- Oficial de Chancelaria:
  - Esther Guitmann
- Agente Administrativo:
  - Gilda Celeste Santana — Em licença médica.
  - Lucia Monte Alto Silva
  - Luiz Augusto Soares da Silva — Serviço provisório em Brasília nos meses de janeiro, fevereiro e março.
  - Rosa Maria Grieco — à disposição do ERERIO desde o mês de novembro.
  - Theodora Maria Rosito — Serviço provisório em Buenos Aires nos meses de janeiro e fevereiro e em licença médica nos meses de outubro e novembro.
- Contratados pelo Convênio DCD/FUNAG
  - Catalogadores —
    José Augusto Marocco Milanez
    Luiz Augusto Soares da Silva
    } contrato interrompido de abril a outubro.

    Auxiliar — Flávio Fileme.

I - CORRESPONDÊNCIA

01 - MISSÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS	. . .	201/1 - 235/4
02 - REPARTIÇÕES CONSULARES BRASILEIRAS	. . .	237/1 - 267/2
03 - LIVROS DE REGISTRO A MISSÕES DIPLOMÁTICAS E CONSULADOS	. . .	267/3 - 269/3
04 - ADIDOS COMERCIAIS	. . .	270/1 - 270/4
05 - INSPETORES CONSULARES	. . .	270/4
06 - MISSÕES ESPECIAIS	. . .	271/1 - 273/1 344/1 - 346/2
07 - CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS	. . .	273/2 - 273/4
08 - ORGANISMOS INTERNACIONAIS	. . .	274/1 - 276/2
09 - GOVERNOS ESTRANGEIROS	. . .	277/1 - 278/4
10 - REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS E CONSULARES ESTRANGEIRAS	. . .	279/1 - 291/2
11 - PODER LEGISLATIVO	. . .	291/2 - 291/3
12 - TRIBUNAL DE CONTAS	. . .	291/4 - 292/1
13 - AUTORIDADES JUDICIÁRIAS	. . .	292/2
14 - PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	. . .	292/2
15 - MINISTÉRIOS E REPARTIÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO	. . .	292/3 - 306/4
16 - GOVERNOS, REPARTIÇÕES E AUTORIDADES REGIONAIS E LOCAIS	. . .	307/1 - 312/2
17 - DIVERSOS NO INTERIOR	. . .	313/1 - 315/2

18 - DIVERSOS NO EXTERIOR	. . . 316/1 - 316/2
19 - LIVROS DE REGISTRO A DIVERSOS NO INTERIOR E EXTERIOR	. . . 317/1 - 317/4
20 - CORRESPONDÊNCIA ESPECIAL	. . . 318/1 - 320/4
II - DOCUMENTAÇÃO INTERNA	
21 - DECRETOS E PORTARIAS	. . . 321/1 - 321/3
22 - EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS	. . . 321/4
23 - RELATÓRIOS, INFORMAÇÕES E PARECERES	. . . 322/1 - 322/3
24 - DISCURSOS	. . . 322/4
25 - PESSOAL	. . . 323/1 - 324/4
26 - MATERIAL	. . . 325/1
27 - CONTABILIDADE	. . . 325/1 - 332/4
28 - DOCUMENTAÇÃO	. . . 333/1 - 333/4
29 - MOVIMENTO DE EXPEDIENTES	. . . 334/1 - 337/4
III - COLEÇÕES ESPECIAIS	
30 - DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA DO PERÍODO D. JOÃO VI	. . . 338/1 - 339/2
31 - ATOS INTERNACIONAIS	. . . 339/3 388/1 - 391/4
32 - LIMITES	. . . L 429 - 549 340/1 - 340/4
33 - COMISSÕES E TRIBUNAIS MISTOS	. . . L 1 - 113 341/1 - 341/2
34 - ARQUIVOS PARTICULARES	. . . L 265 - 293
35 - CONSELHO DE ESTADO	. . . 342/1 - 342/3
36 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS: 1ª SÉRIE (VOLUMES)	. . . 343/1 - 343/4
37 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS: 2ª SÉRIE (DOC. AVULSOS)	. . . L 175 - 263
38 - DIVERSOS	
IV e V	
39 - ARQUIVOS DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS	. . . C F 401/1 - 429/1
40 - ARQUIVOS DAS REPARTIÇÕES E	. . . C F 43 /5 - 473/3

Seção de Microfilme teve no ano de 1985 o seguinte movimento:

Microfilme: (Fotogramas)

Arquivo Hist.	2.744
Biblioteca	4.627
Mapoteca	325
Outros	1.374
Total.	9.070

Reproduções: (Cópias)

Arquivo Hist.	174
Biblioteca	12
Mapoteca	77
Outros	2.339
Total	2.602

M. R. E. – A. H. R. J. ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO DE CONSULTA ANO 1985 ANEXO 3

MESES	PESQUISAS SOLICITADAS			PESQUISADORES			FREQÜÊNCIA DE PESQUISADORES			DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA															VOLUMES	MAÇOS	CÓPIAS XEROX	FOTOGRAMAS	
												PARTE III																	
	SERE	ERERIO	OUTRAS ENTIDADES	NAC	ESTR.	NACIONALIDADE	NAC.	ESTR.	TORAL	PARTE I	PARTE II	30	31	32	33	35-37	34BRB	34BPR	34VCF	34RSSP	34VRV	34B.P.	PARTE IV	PARTE V				MIC	REP.
JAN.			1	8	1	Italiana	17	1	18	14	13	15	2	1				2		1					23	25	340	178	
FEV.	1	1	3	3	1	Norte Americana	7	10	17	42				1				1			7		7		34	24	49	120	103
MAR.	3	2	1	6	1	Norte Americana	5	4	9	183	8			8					2				3	3	170	37	60	85	
ABR.	2	2	2	1			6		6	95											1		7		94	9	790	1.011	
MAIO	2	3	1	3			11		11	50	4	2		1											30	27			
JUN.	2	1	1	6	1	Alemã	9	15	24	72	1	2				2		2							48	31	61		
JUL.	3	2	3	3			7		7	28	5		1			1						1	7		28	15	82	1	3
AGO.	6	3	2	6			28		28	200	22	4	5			5	1	1	1				1		191	49	1.232	73	66
SET.	2	-	3	4	1	Norte Americana	18		18	44	7	2	1	1		1	1								46	11	26	2	2
OUT.	1	1		3			17		17	28		1	4	3				1		1					23	15	268		
NOV.	4						7		7	20	11	1				1	1					1	2		32	5	6		
DEZ			1	2			4		4	11	2												5	7	22	3		1.274	
SOMA	26	14	18	46	5		1	30	166	787	73	27	13	15		10	3	7	3	1	9	2	32	10	741	251	2.914	2.744	174

NÚMEROS DE DIAS DE FUNCIONAMENTO: 251

CATÁLOGOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MRE

Parte I – Correspondência

Parte II – Documentação interna

Parte III – (30) – Documentação anterior a 1822
(31) – Atos Internacionais
(32) – Limites
(33) – Comissões e Tribunais Mistos
(35 - 37) – Conselho de Estado. Documentos Históricos de 1822 a 1930: Primeira Série-Volumes. Segunda Série-Avulsos.

(34) – Arquivo Particular do Barão do Rio Branco (B.R.B.)
Arquivo Particular do Barão da Ponte Ribeiro (B.P.R.)
Arquivo Particular do Visconde de Cabo Frio (V.C.F.)
Arquivo Particular de Rodrigo de Sousa da Silva Pontes (R.S.S.P.)
Arquivo Particular do Visconde do Rio Branco (V.R.B.)
Arquivo Particular de Francisco Adolfo Varnhagen (F.A.V.)
Arquivo Particular de Joaquim Nabuco (J.N.)
Arquivo Particular de Felipe Lopes Neto (F.L.N.)
Arquivo Particular do Barão de Penedo (B.P.)

Parte IV (39) – Arquivos das Missões Diplomáticas Brasileiras

Parte V (40) – Arquivos das Repartições Consulares Brasileiras

ASSUNTOS JURÍDICOS

CONSULTORIA JURÍDICA

A partir de meados de 1985 foi reestruturada a Consultoria Jurídica do MRE. Por Decreto do Senhor Presidente da República, de 09 de agosto de 1985, foi nomeado Consultor Jurídico do MRE o Professor Antônio Augusto Cançado Trindade. Por Decreto presidencial de 18 de setembro de 1985, sobre a estrutura básica do MRE o Consultor Jurídico voltou a responder diretamente ao Ministro de Estado sobre questões de natureza jurídica submetidas ao seu Parecer (artigo 9º). E pelo novo procedimento para consultas adotado pelo MRE, as solicitações de Pareceres ao Consultor Jurídico passaram a ter de contar com a aprovação do Ministro de Estado e a versar, em especial, sobre: a) interpretação e aplicação de atos internacionais bilaterias; b) divergências de ordem jurídica entre o Brasil e outros Estados; c) interpretação e aplicação de cartas constitutivas de organismos internacionais de que o Brasil é parte e de outros atos internacionais multilaterais; d) questões jurídicas relacionadas com mecanismos internacionais de solução pacífica de controvérsias; e) relação entre o ordenamento jurídico interno brasileiro e o ordenamento jurídico internacional; e outras matérias a critério do Ministro de Estado.

Até o final de 1985, o novo Consultor Jurídico do MRE emitiu Pareceres sobre os seguintes temas:

- "Delimitação e Demarcação da Fronteira Brasil/Uruguai: A Nota Uruguaia de 27 de Março de 1985 e os Argumentos do Brasil";
- "O Brasil e a Proteção Internacional dos Diretios Humanos nos: Fundamentos Jurídicos para o Reexame da Posição

do Brasil";

– "Os Mecanismos de Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais e a Crise na América Central: Ata de Contadora, Documento de Tagucigalpa e Outras Gestões e Propostas de Paz";
– "Fundamentos Jurídicos, Natureza, Efeitos e Alcance das Sanções do Brasil à África do Sul: O Decreto nº 91.524 de 9 de Agosto de 1985 e as Medidas contra o **Apartheid**";
– "Cláusulas sobre Solução Pacífica de Controvérsias em Acordos Internacionais (Com Atenção Especial à Prática do Brasil)",
– "A Proposta Cingapureana de Embaixador Itinerante à Luz do Direito Diplomático Contemporâneo".

Até o final de 1985, o novo Consultor Jurídico emitiu, ademais, Informações sobre os seguintes temas:

– "Estudos para a Reunião de Cartagena, Grupo de Contadora e Grupo de Apoio, 23-25 de Agosto de 1985",
– "A Questão da Aprovação pelo Legislativo de Atos Internacionais";
– "Bases de Jurisdição no Direito Internacional".

O novo Consultor Jurídico respondeu, enfim, por Despachos, a várias outras consultas encaminhadas pelo Ministro de Estado.

INSTITUTO RIO BRANCO

Havendo completado, em 1985, 40 anos de atividades ininterruptas, o Instituto Rio-Branco tem cumprido suas funções de seleção e formação de funcionários diplomáticos, bem como, desde 1979, mantido atividades de aperfeiçoamento de diplomatas já em exercício, através do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE), além de financiar o Programa de Incentivo a Estudos, destinado a funcionários do MRE em geral.

2. As atividades do IRBr dividem-se, portanto, em:

a) Seleção e Formação: Exame Vestibular e CPCD; e

b) Aperfeiçoamento: Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD); Curso de Altos Estudos (CAE); Cursos de Especialização no exterior; e Programa de Incentivo a Estudos.

3. Com sua transferência para Brasília, em 1976, o Instituto estabeleceu, em coordenação com Universidades federais e estaduais, 10 Centros Regionais nos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, com a finalidade de dar divulgaçaõ adequada às condições de acesso à Carreira de Diplomáta. Disto resultou aumento considerável de candidatos dos referidos Estados.

4. Inovação importante, introduzida em 1976, foi a aceitação, no CPCD, de estudantes estrangeiros, oriundos de países em desenvolvimento que solicitam a assistência brasileira na preparação de seus funcionários diplomáticos. Os estudantes estrangeiros devem preencher os mesmos requisitos de idade e de formação acadêmica exigidos dos candidatos brasileiros, além de serem

fluentes em inglês ou francês. A fim de habilitar aqueles que não falam português a seguir o CPCD, seis meses antes início do ano acadêmico, o IRBr os inscreve em curso destinado ao aprendizado intensivo da língua. Desde o início do programa até novembro de 1986, 51 bolsistas estrangeiros concluíram o curso.

5. A — Seleção e Formação

VESTIBULAR:

O Exame Vestibular ao CPDC regeu-se, em 1985, pelas instruções e programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 555 e baixados em Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco, ambos publicados no Diário Oficial de 07 de dezembro de 1984.

6. O número de candidatos ao Exame Vestibular de 1985 decresceu, em comparação com o total de inscritos em 1984, em 11,54, ou seja, de 914 para 893 candidatos.

7. Do total de 893 candidatos inscritos nos Centros Regionais do IRBr, nos Estados acima mencionados e no Distrito Federal apresentaram-se para as provas de línguas (Portuguesa, Francesa e Inglesa), em maio, 443 candidatos, dos quais foram aprovados 54.

8. Na segunda e terceira fases do Exame Vestibular, foram realizadas em Brasília, durante o mês de julho, as provas escritas de História do Brasil, História Mundial, Geografia do Brasil, Geografia Geral, Noções de Direito e Noções de Economia, e orais de Português, Francês e Inglês, das quais resultaram aprovados 20 candidatos: 16 homens e 04 mulheres. Nos exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica, todos os candidatos foram considerados aptos.

9. **Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — CPCD**

Matricularam-se no Curso de Preparação à Carreira Diplomata, em 1985, um total de 77 alunos brasileiros e 19 estrangeiros, repartidos da seguinte forma:

a) 2º ano — 33 alunos brasileiros (27 homens e 6 mulheres) e 9 alunos estrangeiros (Cabo Verde-2, Colômbia, Costa Rica, Gabão, Suriname e Tanzânia).

b) 1º ano — 44 alunos brasileiros (34 homens e 10 mulheres) e 10 estrangeiros (Cabo Verde, Gabão, Guatemala, Haiti, Quênia, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Suriname-2 e Zâmbia).

10. No 1º ano do CPCD foram lecionadas as seguintes matérias: Ciência Política, Economia, Estudos Brasileiros (Geografia), Política Externa Brasileira Contemporânea, Introdução ao Direito, Direito Internacional Privado, Direito Internacional Público, Português Expressão e Redação Profissional, Francês,

Inglês, Espanhol e línguas optativas (Árabe, Russo e Japonês).

11. Merecem nota algumas atividades especiais, tais como:

a) exercícios de simulação de negociações, em Inglês, com funcionários do Banco Central;

b) conferências sobre temas políticos, econômicos e históricos da América Latina, muitas vezes conjuntamente com o 2º ano.

12. Preparando-se para iniciar o CPCD em 1986, cinco bolsistas estrangeiros chegaram a Brasília, em agosto de 1985, a fim de freqüentar curso intensivo de português.

13. As atividades do 2º ano tiveram início em janeiro, com estágio profissionalizante nos Departamentos da Casa. As matérias lecionadas no 2º ano foram as seguintes: Direito dos Tratados, Desenvolvimento Econômico, Comércio Internacional, Relações Econômicas Relações Internacionais, História das Relações Diplomáticas do Brasil, Português-Correspondência Oficial e Métodos de Informação, Francês, Inglês, Espanhol e líguas optativas (Árabe, Japonês e Russo).

14. Em julho, realizou-se viagem de estudos às regiões Sul e Sudeste do Brasil, em que tiveram ênfase a solução do problema energético (visita à hidrelétrica de Itaipu e à usina nuclear de Angras dos Reis), o desenvolvimento da tecnologia e da indústria de material militar (visita ao CTA, à Avibrás, Embraer e Engesa, em São José dos Campos), a história da diplomacia brasileira (visita ao Museu Histórico e Diplomático no ERERIO) e a indústria automobilística brasileira (visita à FIAT).

15. Foi promovido, em agosto e setembro de 1985, ciclo de conferências sobre aspectos políticos, econômicos e históricos da América Latina, pronunciadas por diversos estudiosos, brasileiros e estrangeiros; a convite do Instituto Rio-Branco:

"O Brasil e a América Latina" (duas conferências), pelo Embaixador Rubens Ricúpero;" Tendências políticas e econômicas (internas e externas) da América Latina", pelo Professor Hélio Jaguaribe; "Radiografia da América Latina", pelo Embaixador Celso Furtado; "O Brasil e a Bacia do Prata", pelo Professor Celso Lafer; "Os direitos humanos na América Latina", pelo Professor Hector Gross Espiell; "Geografia da América Latina" (duas conferências), pela Professora Marília Luisa Peluso de Oliveira, "O Brasil e os Países Amazônicos" (duas conferências), pelo Conselheiro José Antonio Macedo Soares; "Peru-Equador", pelo Secretário Marcello Vasconcellos, da DAM-II; "Argentina-Chile", pelo Secretário Eduardo dos Santos, da DAM-I; "Malvinas", pelo Secretário Luís Felipe Mendonça Filho", da DAM-I; "América Central e Caribe", pelo Secretário Armando Vitor Boisson Cardoso, Chefe, subs-

tituto, da DCS.

16. Após a conclusão do CPCD, entre novembro e dezembro, os alunos participaram de viagem de estudos às regiões Norte e Nordeste. Os pontos altos do programa da viagem foram: em Manaus, visita à SUFRAMA, ao Centro de Instrução de Guerra na Selva, e ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia; a descida do Rio Amazonas em navio de guerra, com paradas em Santarém e no Projeto Jari; em Belém, as visitas à SUDAM, ao Centro de Instrução Almirante Brás de Aguiar, ao Museu Emilio Goeldi e à sede da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites; as visitas ao Projeto Carajás e à Usina Hidrelétrica de Tucuruí; em Recife, a conferência na SUDENE e a visita à Fundação Joaquim Nabuco; em Salvador, as visitas ao Centro Industrial de Aratu, à Refinaria Landulpho Alves, ao Terminal Marítimo Almirante Alves Câmara e ao Distrito Norte de Produção, da PETROBRÁS.

17. Em 1985, concluíram o CPCD os 33 alunos brasileiros e os alunos estrangeiros acima mencionados, com exceção do aluno do Gabão. Os alunos brasileiros foram nomeados Terceiros Secretários em 16 de dezembro, devendo iniciar estágio de seis semanas em Departamento Geográfico, seguido de estágio de 45 dias em Missão Diplomática na América Latina, antes de iniciar seu trabalho regular na SERE, em março de 1986.

18. B — Aperfeiçoamento Profissional:

No que diz respeito ao aperfeiçoamento profissional dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, as atividades do IRBr estiveram voltadas, em 1985, para três áreas principais:

a) Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas — CAD;

b) Curso de Altos Estudos — CAE; e

c) Programa de Incentivos a Estudos.

19. a) **Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas — CAD** Instituído pelo Decreto nº 79.556, de 20.04.1977, como parte integrante do sistema de treinamento e qualificação previsto no artigo 6 da Lei nº 5.645, de 10.12.1970, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) constitui, desde 15 de agosto de 1986, requisito essencial para a progressão funcional à classe de Primeiro Secretário.

20. Em 1985, no que diz respeito ao CAD, foram as seguintes as principais atividades do IRBr:

1) conclusão, em fevereiro, do X CAD, no qual foram aprovados 8 Segundos Secretários. Os exames finais foram realizados simultaneamente na Secretaria de Estado e nos postos onde estavam lotados os alunos inscritos no Curso. Como nos anos anteriores, as seis matérias do Curso foram objeto de três provas, aplicadas de

acordo com o seguinte cronograma:

- 13 de fevereiro — Relações Internacionais e Organismos Internacionais;
- 14 de fevereiro — Prática Diplomática e Consular e Organização e Métodos de Trabalho do MRE;
- 15 de fevereiro — Comércio Exterior do Brasil e Economia Brasileira.

2) lançamento, em janeiro, do XII CAD, com exames finais previstos para fevereiro de 1986.

3) realização, em agosto, do XI CAD, com exames finais aplicados em agosto de 1985, no qual foram aprovados 12 Segundos Secretários. Observou-se, com relação aos exames, o mesmo esquema indicado no item 1.

4) lançamento, em julho, do XIII CAD, com exames finais previstos para agosto de 1986.

21. O quadro abaixo resume os principais dados numéricos relativos aos CADs realizados até 1985, responsável pelo aperfeiçoamento de 202 diplomatas que concluíram o Curso com aproveitamento.

CURSO		DURAÇÃO	INSCRITOS	PRESTARAM A PROVA	APROVADOS
I	CAD	1977-78	23	13	11
II	CAD	1978-79	20	07	07
III	CAD	1979-80	22	13	12
IV	CAD	1980-81	43	30	25
V	CAD	1981-82	63	46	40
VI	CAD	1982-82	57	49	41
VII	CAD	1982-83	31	31	29
VIII	CAD	1983-84	24	15	11
IX	CAD	1983-84	14	07	06
X	CAD	1984-85	12	09	08
XI	CAD	1984-85	18	14	12
TOTAL			327	234	202

22. b) **Curso de Altos Estudos — CAE**

A semelhança do CAD, o CAE foi igualmente instituído em 1977, pelo já referido Decreto nº 79.556, como parte do sistema de treinamento e qualificação previsto pelo artigo 6º da Lei nº 5.645, de 10.12.1970. Desde 15 de agosto de 1982, o CAE constitui requisito essencial para a progressão funcional à classe de Ministro de Segunda Classe. No CAE, os Conselheiros inscritos de-

fendem, oralmente, perante Banca Examinadora especialmente designada pelo Senhor Ministro de Estado, trabalhos escritos apresentados sobre assuntos de relevância para a diplomacia brasileira.

23. Em 1985, o IRBr desenvolveu as seguintes atividades, no que diz respeito ao CAE:

1) X CAE, encerrado em maio, com 8 Conselheiros aprovados;

2) XI CAE, encerrado em novembro, com 4 Conselheiros aprovados;

3) XII CAE, lançado por Edital em janeiro, com 8 Conselheiros inscritos;

4) XIII CAE, lançado por Edital em julho, com 5 Conselheiros inscritos.

24. Como parte integrante de cada um dos dois CAEs concluídos em 1985, foi preparado e implementado estágio de atualização, de duas semanas, durante o qual os Conselheiros inscritos participaram de conferências e debates sobre a política externa e sobre problemas da atualidade brasileira. No âmbito do X CAE, realizaram-se as seguintes conferências: "O Itamaraty", pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário Geral das Relações Exteriores; "A Nova Política de Planejamento", pelo Dr. Fernando Froes de Carvalho, da SEPLAN, "A Constituinte", pelo Deputado Dr. João Gilberto Lucas Coelho; "A Dívida Externa", pelo Professor Décio Garcia Munhoz, do Departamento de Economia da UnB; "As perspectivas da Nova República", pelo Senador Fernando Henrique Cardoso; e, "A Política Externa Brasileira diante da Conjuntura político-econômica latino-americana", pelo Embaixador Rubens Ricúpero. No âmbito do XI CAE, realizaram-se as seguintes conferências: "Democracia e Política Externa", pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário Geral do Minitério das Relações Exteriores; "Política Econômica", pelo Dr. Luiz Paulo Rosemberg, Assessor Técnico para Assuntos Econômicos do Presidente da República; "Os interesses Estratégicos da Marinha do Brasil", pelo Contra-Almirante José Júlio Pedrosa, do Estado Maior das Forças Armadas; "Política Agrária", pelo Dr. Nelso Ribeiro, Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário; Diretor do DOCEGEO; "Panorama Energético do Brasil", pelo Dr. Mário Penna Bhering, Presidente da Eletrobrás; "A concepção Estratégica do Exército Brasileiro", pelo General-de-Divisão Manoel Augusto Teixeira, Primeiro Subchefe do Estado Maior do Exército; "O Ministério da Aeronáutica e sua Atuação na Segurança Nacional", pelo Brigadeiro-do-Ar Ruy Messias de Mendonça, Chefe da Terceira Subchefia do Estado Maior da Aeronáutica; e, "A Atualidade Política e a Constituinte", pelo Dr. Célio Borja, Asses-

CURSO		DURAÇÃO	INSCRITOS	DEFENDERAM O TRABALHO	APROVADOS
I	CAE	1977-78	25	16	11
II	CAE	1978-80	11	04	02
III	CAE	1979-81	13	06	06
IV	CAE	1980-82	28	12	11
V	CAE	1981-82	37	19	19
VI	CAE				
1ª fase		1982-83	21	16	14
2ª fase		1982-83	25	11	11
VII	CAE	1982-83	20	18	18
VIII	CAE	1983-84	21	10	09
IX	CAE	1983-84	17	11	08
X	CAE	1984-85	21	08	08
XI	CAE	1984-85	16	04	04
TOTAL			255	135	121

sor Especial do Presidente da República.

25. Segue quadro que reúne os principais dados numéricos relativos aos onze primeiros CAEs já realizados.

26. **Curso de Especialização no exterior.** A exemplo do que foi feito em 1981 com o Suriname, em 1983 com Cabo Verde e em 1984 com o Gabão, o IRBr organizou e realizou em Guiné-Bissau, com a colaboração do Governo daquele país e do UNITAR, das Nações Unidas, um Curso de Aperfeiçoamento para os funcionários diplomáticos guineenses (de março a junho de 1985).

27. **Programa de Incentivo a Estudos.** O programa de Incentivos a Estudos permitiu, em 1985, a 44 funcionários no exterior, dentre os quais 14 diplomatas, contar com a ajuda financeira do IRBr para custear parcialmente estudos de interesse para o MRE, inclusive no campo universitário, nos níveis de:

— Mestrado (3): Administração, Artes, Economia, Relações Internacionais e Política Pública.

— Pós-graduação (1): Administração.

— Graduação (2): Relações Internacionais, Biblioteconomia, Informática e Literatura.

— Aprendizado de línguas estrangeiras: Alemão (8), Inglês (13), Japonês (4), Tailandês (1), Árabe (1), Russo (1), Francês (1) e Catalão (1).

28. Em Brasília, 54 funcionários, dentre os quais 4 diplomatas, obtiveram facilidades equivalentes para estudo de idiomas estrangeiros: inglês (37), francês (12), alemão (13) e espanhol (2).

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

No âmbito da Secretaria de Controle Interno (CISET), o ano de 1985 foi marcado pela conclusão da efetiva implantação do Sistema de Contabilidade e Acompanhamento Financeiro (SISCAF). Os resultados altamente satisfatórios obtidos com a adoção do referido sistema permitiram à CISET produzir balancetes quinzenais relativos não só ao Itamaraty, como unidade orçamentária única, como principalmente a cada unidade gestora em particular. Tal procedimento possibilitou aos Ordenadores de Despesas um acompanhamento bastante atualizado da execução orçamentário-financeira na respectiva área.

2. Ademais, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema de acompanhamento da execução orçamentário-financeira no exterior, forma expedidas circulares e instruções aos postos, esclarecendo dúvidas, fornecendo orientação e aprimorando as normas vigentes. Foram, igualmente, apurados os mecanismos de controle das prestações de contas dos postos. Ainda em 1985, deu-se início à elaboração de um manual destinado a orientar, com exclusividade e de forma abrangente, as atividades de administração financeira das Repartições no exterior — assim entendidas as de gestão, dispêndio e comprovação de recursos públicos.

3. A magnitude da terefa de acompanhamento da execução orçamentário-financeira pode ser medida pela consideração de que o volume de recursos movimentados sob o controle da CISET elevou-se, em 1985, para Cr$ 1.408.074.587.000.

4. Foi, também, especialmente significativo o volume de trabalho afeto ao setor de contratos e convênios, ao qual cabe não só acompanhar a execução e contabilização dos instrumentos que ge-

ram obrigações financeiras ao Ministéiro, mas dar assistência aos Ordenadores de Despesa na fase de elaboração, para que sejam plenamente atendidas as disposições legais pertinentes.

5. A Secretaria de Controle Interno, depois do exame e processamento da Renda Consular realizados pela Divisão Consular, analisou todas as prestações de contas que lhe foram submetidas, bem como os DARF's correspondentes à receita recolhida ao Tesouro Nacional.

6. Importante registrar que, com base em delegação de competência recebida da Secretaria — Central de Controle Interno (SECIN), a CISET procedeu, rigorosamente dentro do prazo legal, ao levantamento e à auditoria das tomadas de contas de todos os Ordenadores de Despesa do Ministério para julgamento pelo Tribunal de Contas.

7. Cumpre, do mesmo modo, assinalar que o balanço do Itamaraty relativo ao exercício, com os demonstrativos pertinentes, assim como todos os balancetes mensais no decorrer do ano, foram elaborados e encaminhados à Secretaria — Central de Controle Interno do Ministério da Fazenda — órgão central do sistema — sempre de conformidade com as datas-limite estabelecidas.

8. Como órgão setorial dos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria, a Secretaria de Controle Interno tomou parte em todas as reuniões da Comissão de Coordenação do Controle Interno (INTERCON) e nos eventos patrocinados pela SECIN.